

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE  
PRODUÇÃO**

**RECURSOS TECNOLÓGICOS E INTERVENÇÕES  
PEDAGÓGICAS SIGNIFICATIVAS NO ENSINO DA  
ORTOGRAFIA.**

**Regina Aparecida de Moraes**

Dissertação submetida à Universidade Federal de Santa Catarina  
para a obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção

Orientador:

**Prof. Alejandro Martins, Dr.**

Tutora:

**Regina de Fátima Fructuoso de Andrade Bolzan, Msc.**

Florianópolis, 2000

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE  
PRODUÇÃO

**RECURSOS TECNOLÓGICOS E INTERVENÇÕES  
PEDAGÓGICAS SIGNIFICATIVAS NO ENSINO DA  
ORTOGRAFIA**

**Regina Aparecida de Moraes**

Dissertação submetida à Universidade Federal de Santa Catarina  
para obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção

Orientador:

**Prof. Alejandro Martins, Dr.**

Tutora:

**Regina de Fátima Frutuoso de Andrade Bolzan, Msc.**

Florianópolis, 2001

RECURSOS TECNOLÓGICOS E INTERVENÇÕES  
PEDAGÓGICAS SIGNIFICATIVAS NO ENSINO DA  
ORTOGRAFIA

**Nome:** Regina Aparecida de Moraes

Área de Concentração:  
**Mídia e Conhecimento**

Orientador:

**Prof. Alejandro Martins, Dr.**

*Tutora:*

**Regina de Fátima Frutuoso de Andrade Bolzan, Msc.**

**Florianópolis, agosto de 2001**

**Regina Aparecida de Moraes**

**RECURSOS TECNOLÓGICOS E INTERVENÇÕES  
PEDAGÓGICAS SIGNIFICATIVAS NO ENSINO DA  
ORTOGRAFIA**

Esta Dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Engenharia, especialidade em Engenharia de Produção, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 1º de agosto de 2001.

---

Prof. Alejandro Martins, Dr.  
Coordenador do Curso de Pós-Graduação  
em Engenharia de Produção

Banca Examinadora:

---

Prof. Alejandro Martins, Dr.  
Orientador

---

Prof. João Bosco de Mota Alves, Dr.

---

Prof.<sup>a</sup> Sara Albieri, Dr(a).

Prof.<sup>a</sup> Regina de Fátima Frutuoso de Andrade Bolzan. Msc.

---

## **DEDICATÓRIA**

A meus familiares e amigos com quem dividi este trabalho.

## AGRADECIMENTOS

*Ao meu orientador, Prof. Alejandro Martins,*

À Profa. Regina Bolzan, que me acompanhou durante os passos deste trabalho.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UFSC.

A todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho.

## VÍCIO NA FALA

*Para dizerem milho dizem mio*

*Para melhor dizem mio*

*Para pior pio*

*Para telha dizem teia*

*Para telhado dizem teiado*

*E vão fazendo telhados*

Oswald de Andrade.

Palavras-chave: Tecnologia-educação-ortografia.

**RESUMO:**

MORAIS, Regina Aparecida de. Recursos Tecnológicos e Intervenções Pedagógicas Significativas no Ensino da Ortografia. Florianópolis, 2001, 136f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)- Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2001.

*O texto, Recursos Tecnológicos e Intervenções Pedagógicas Significativas no Ensino da Ortografia, aborda teoricamente os temas tecnologia e mudanças de paradigmas educacionais, ortografia-ensino e aprendizagem, tecnologia e recursos interessantes para educação. O objetivo do trabalho é apresentar possíveis intervenções pedagógicas no Ensino da ortografia através de softwares educativos que considerem os pressupostos teóricos do novo paradigma educacional: interdisciplinaridade, sócio-interacionismo, atitude de pesquisa, linguagem como forma de interação e o domínio das novas tecnologias. Com isso, são feitas sugestões para a organização de softwares ortográficos que levem o estudante do Ensino Fundamental ao domínio do sistema ortográfico da língua portuguesa.*



Keywords: technology-educational-ortography.

## **Abstract**

MORAIS, Regina Aparecida de. Recursos Tecnológicos e Intervenções Pedagógicas Significativas no Ensino da Ortografia. Florianópolis, 2001, 136f. Dissertação(Mestrado em Engenharia de Produção)- Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC,2001.

The introduction of Technology in teaching Portuguese Language Especially in the and spelling of words. The following text identifies, thart inspite of the computer software on word selective and spelling having no difficulty in correctly indicating incorrect words. The user of the computer needs to accquive at least a minimum undertanding of basic spelling rules. Failing wich the used would experience major difficulty in using the computer as teaching aid. It has also been identified by veffesinemg others authoutic in the teaching of the Portuguese Language, that the leaving and spelling of Portuguese is a signicant challenge to many learners. This text also explores the need to introduce fundamental changes in computer software which will assist in an easier technolgical use in teaching the language and the same time linking the interdisciplinary spills, which is the present day accepted form of teaching. The structure and system of the teaching software must also take into account the nature awareness of student.Research was also undastefeu into aveas relating to interpersonal comunication and development of the brasilian educational scene.Attention has to be given to the production of software for this type of teaching and it appears that the collection of the necessary data for the computer is simplified than the compilation of the software text therefore it is

important that there is a close association between the producers of software and these teaching the Portuguese language.

## **LISTA DE TABELAS**

<b>Identificação de afixos visando a fixação das generalizações ortográficas.....</b>	<b>62</b>
<b>Tipos de erros ortográficos.....</b>	<b>64</b>
<b>Tipos de erros .....</b>	<b>66</b>

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução.....</b>	<b>01</b>
<b>1.1. Origem do trabalho.....</b>	<b>02</b>
<b>1.2. Justificativa.....</b>	<b>03</b>
<b>1.3.Problema e hipóteses.....</b>	<b>08</b>
<b>1.4. Objetivos.....</b>	<b>11</b>
<b>1.4.1. Objetivo geral.....</b>	<b>11</b>
<b>1.4.2. Objetivo específico.....</b>	<b>11</b>
<b>1.5. Procedimentos metodológicos.....</b>	<b>12</b>
<b>1.6. Limitações do trabalho.....</b>	<b>13</b>
<b>1.7. Descrição e organização dos capítulos.....</b>	<b>14</b>
<b>2. Tecnologia e Educação.....</b>	<b>15</b>
<b>2.1. Tecnologia, mudanças e paradigmas e educação no Brasil.....</b>	<b>15</b>
<b>2.2. A luta pela democratização da escola: um conflito sempre presente.....</b>	<b>19</b>
<b>2.3. A inserção dos recursos tecnológicos nas escolas.....</b>	<b>22</b>
<b>2.4. Mudanças de paradigmas na educação.....</b>	<b>27</b>
<b>2.5. As novas diretrizes para a educação brasileira e sua abordagem sobre os recursos tecnológicos.....</b>	<b>29</b>
<b>2.5.1. Discutindo alguns aspectos da lei.....</b>	<b>30</b>
<b>2.5.2. LDB e recursos tecnológicos.....</b>	<b>35</b>
<b>2.6. PCN e tecnologia.....</b>	<b>39</b>
<b>3. Compreensão do sistema ortográfico.....</b>	<b>42</b>
<b>3.1. Uma tecnologia chamada escrita.....</b>	<b>42</b>

<b>3.2. Sistema ortográfico da língua portuguesa e sua história.....</b>	<b>43</b>
<b>3.3. As contribuições teóricas para um processo de ensino-aprendizagem da ortografia.....</b>	<b>46</b>
<b>3.4. Buscando uma maior compreensão dos problemas ortográficos.....</b>	<b>50</b>
<b>3.4.1. Ortografia e fonética.....</b>	<b>50</b>
<b>3.4.2. Ortografia e sociolingüística.....</b>	<b>53</b>
<b>3.4.3. Ortografia e morfologia.....</b>	<b>59</b>
<b>3.5. Os desvios ortográficos mais comuns presentes nos textos escolares.....</b>	<b>63</b>
<b>3.6. O tratamento dado aos problemas ortográficos.....</b>	<b>67</b>
<b>3.7. As novas tecnologias e a ortografia .....</b>	<b>70</b>
<b>4. Tecnologia - as possibilidades de interação na construção do conhecimento e sua relação com a ortografia.....</b>	<b>72</b>
<b>4.1. Tecnologia e ortografia.....</b>	<b>79</b>
<b>4.2.O professor e as possibilidades de uso do computador na sala de aula.....</b>	<b>89</b>
<b>5. Softwares educativos que contribuam para o ensino da ortografia, considerando os novos paradigmas educacionais.....</b>	<b>.95</b>
<b>5.1. Softwares educacionais e ensino da ortografia.....</b>	<b>95</b>
<b>5.2. Softwares: a ampliação dos recursos didáticos na sala de aula.....</b>	<b>97</b>
<b>5.3. O professor e a utilização do software.....</b>	<b>100</b>

<b>5.4. Propostas para criação de um software educativo a ser utilizado no ensino da ortografia.....</b>	<b>103</b>
<b>5.5. Pistas para a organização de um projeto para a criação de um software educativo com vistas ao ensino da ortografia.....</b>	<b>109</b>
<b>5.5.1. Título: Amigo escritor.....</b>	<b>110</b>
<b>6. Reflexões sobre educação, tecnologia e ortografia.....</b>	<b>118</b>
<b>6.1. Reflexões sobre os novos paradigmas educacionais e as novas tecnologias.....</b>	<b>118</b>
<b>6.2. Conclusões relacionadas ao ensino da ortografia.....</b>	<b>124</b>
<b>6.3. Reflexões sobre os recursos tecnológicos e ensino de ortografia.....</b>	<b>129</b>
<b>7. Considerações finais e sugestões para trabalhos futuros.....</b>	<b>131</b>
<b>8. Bibliografia.....</b>	<b>133</b>

# **RECURSOS TECNOLÓGICOS E INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS SIGNIFICATIVAS NO ENSINO DA ORTOGRAFIA**

## **1. INTRODUÇÃO**

Os avanços tecnológicos compõem um cenário de mudanças. Se por um lado elas propiciam uma maior importância a elas, por outro, elas contribuem para a efetivação dessas mudanças. Atualmente, possibilitam uma maior globalização das informações através de satélites, como a Internet e a tevê a cabo. Sendo a escola um dos espaços, até muito pouco tempo, responsável pelo repasse de informações, torna-se impossível desconsiderar os efeitos dessas mudanças frente à educação que também se modifica dentro desse contexto.

“A presença de tecnologia de informação e de comunicação nos processos educacionais é cada vez mais notória, especialmente no

Primeiro Mundo, seja na condição de veículos principais de recursos complementares, bem como na perspectiva de McLuhan (1995), como meio e mensagem. As grandes mudanças que ocorreram na educação e mais precisamente na teoria pedagógica estão de certo modo ligadas às transformações que se deram nos meios de comunicação: da educação realizada através da oralidade e da imitação, ao ensino através da linguagem escrita tendo como seu principal suporte o livro impresso, aos recursos computacionais hoje disponíveis”. (QUARTIERO, 1999, p.70).

Torna-se interessante perceber que os recursos tecnológicos vão se despontar enquanto um elemento que muito pode colaborar com o processo de construção de aprendizagem. Ao se considerar o ensino da língua, percebe-se uma estreita relação entre tais recursos e a realização lingüística do usuário. São inúmeras as experiências que ele vive, através desses recursos, de situações comunicativas envolvendo a leitura e a produção de textos escritos, que se tomadas para atividades pedagógicas bem planejadas muito contribuirão para o desenvolvimento lingüístico do aluno. Em especial, pode-se ressaltar as contribuições que podem ser dadas para a aprendizagem do sistema ortográfico.

## **1.1. Origem do trabalho**

Aparentemente, para a informática, os problemas ortográficos se minimizam, uma vez que essa conta com o potencial que os verificadores ortográficos apresentam para fazer as adequações necessárias diante dos desvios que um usuário comete durante o processamento de textos. Para isso, no entanto, esse usuário precisa ter noções ortográficas para selecionar a opção correta que lhe é oferecida em uma janela do corretor de textos, bem como para ampliar a listagem que esse recurso oferece. Logo, compreende-se que não é o uso da informática em si que solucionará os problemas dessa ordem. Faz-se necessário que o educador crie condições para que o aluno domine o sistema ortográfico. Acredita-se que os recursos computacionais, como o processador de texto, bem como outros que lidam com a leitura e a escrita, muito poderão contribuir para esse domínio desde que haja uma mediação eficiente por parte do professor no processo ensino-aprendizagem. No entanto, a maioria dos educadores, não compreende essa possibilidade de uso. Os laboratórios de informática ficam abandonados, outras vezes, são utilizados numa perspectiva da informática instrumental, sem que se perceba o valor pedagógico desse recurso. Seria um grande avanço se esses profissionais considerassem que a informática ocupa os diversos espaços em que o homem circula e pode, de fato, ser utilizada como um meio pedagógico possível na prática escolar. Porém, não se percebe nas escolas uma proposta em que esses se vejam envolvidos para uma ação que utilize tais recursos na organização de suas estratégias de ensino.



## 1.2. Justificativa

A Educação, no Brasil, tem passado, nas últimas décadas, por muitas transformações. Hoje, ainda que haja, na realidade educacional brasileira, uma prática rodeada de características tradicionais, muito se tem feito no sentido de buscar a construção de uma escola progressista, democrática e mais humana. Porém, há muitos educadores com dificuldades de entender essa prática que se pauta em pressupostos construtivistas.

Uma outra dificuldade encontrada por eles é compreender o universo de possibilidades que as novas tecnologias apresentam para o fazer pedagógico, oferecendo diversos recursos na construção do conhecimento, bem como na formação de um cidadão autônomo que aprende a aprender e cria uma atitude investigativa, capaz de levá-lo a uma série de novas aprendizagens.

Descobrir as potencialidades que os computadores têm enquanto meio didático é descobrir um aliado. Afirma-se isso, ao se considerar, por exemplo, a questão da ortografia, aspecto inerente à língua escrita. Hoje, a imensa rede de informações, que esse equipamento oferece se estabelece a partir da linguagem e principalmente do exercício da leitura e da escrita. Quantas possibilidades, então, são oferecidas para o contato com o texto e necessariamente com a ortografia.

Para utilizá-lo com eficiência, entretanto, faz-se necessário compreender não somente os possíveis usos dos recursos que ele oferece, mas também o

objeto a ser estudado com o educando, no caso a ortografia, e as variáveis que interferem na relação ensino-aprendizagem da mesma.

Falar de problemas ortográficos é, antes de tudo, falar da presença de alunos das classes populares nas salas de aula, pois eles possuem pouco acesso à língua escrita, dominando somente um registro de oralidade, muitas vezes, distante da variante padrão. Estudos da Sociolingüística explicam com clareza a questão das variações lingüísticas. Buscando uma maior compreensão desses fenômenos, pode-se citar, Leonor Scliar Cabral (1998, p.206):

“Um fato inegável, que não escapa mesmo à observação dos leigos são as diferenças que existem dentro de uma comunidade de fala. A partir de um ponto qualquer vão se assinalando diferenças à medida que se avança no espaço geográfico. Da mesma forma se constata diferenças numa mesma área geográfica, de acordo com características sociológicas tais como educação do indivíduo, sua profissão, grupos com os quais convive. Um mesmo indivíduo pode possuir registros diferentes, que emprega conforme situação. Num mesmo espaço geográfico podem coexistir línguas diferentes e todos os aspectos acima mencionados determinam comportamentos de fala distintos, do maior interesse para os estudiosos”.

Trata-se de um fenômeno interessante para se compreender não somente as dificuldades com as normas ortográficas, mas também aquelas

relacionadas à elaboração de um texto escrito. Tem se percebido que elementos muito próprios da oralidade e, em especial, da variante lingüística representada pelo aluno tem interferido na sua textualidade.

Muitos dos desvios ortográficos apresentados somente seriam solucionados numa perspectiva tradicional, com base na memorização, reforçando a negação das origens dos alunos, de sua história e de seu falar. Certamente, isso muito ocorreu na História da Educação Brasileira, contribuindo para formação de indivíduos tímidos, reprimidos, com dificuldades de se colocar publicamente por vergonha de vir de uma classe popular que não dominava (domina) uma linguagem padrão e que vivia (vive) à margem de uma sociedade, que levava (leva) essa classe à exclusão do espaço escolar, assim como ocorre na sociedade. Isso não seria aceitável dentro de uma concepção progressista de educação. Nesse sentido, compreender o fenômeno descrito por Cabral se faz importante, pois pode contribuir muito para uma atitude de respeito e inclusão. Além dessa contribuição, tal compreensão pode apontar rumos para se organizar intervenções que provoquem maior contato com outra variante lingüística, no caso a norma padrão escrita. Como se vê, é importante analisar quais são os pressupostos que orientam o trabalho com a ortografia para se compreender de fato qual seria o tipo de intervenção adequado para a solução dos problemas e dificuldades.

Se tomados como exemplos alguns livros didáticos e algumas gramáticas, percebe-se que muitas das propostas feitas para o trabalho com a ortografia

se orientam ainda por práticas behavioristas, que buscam a repetição de exercícios a fim de se trabalhar a memorização das convenções ortográficas. No entanto, os programas apontam para uma outra direção, buscam atividades que levem o sujeito à interação com o texto e com outros leitores. Aspectos lingüísticos formais como a ortografia, não são tomados para estudos de forma desvinculada do seu contexto de uso: o texto. O fato é que muitos alfabetizadores, bem como os professores de Língua Portuguesa, vivem em constantes dilemas relacionados a essa questão. Mas o que muitos deles não fazem é buscar uma compreensão mais segura da realidade em que estão inseridos. Para isso, em primeiro lugar, seria necessário compreender que a escola reflete uma realidade exterior a ela. Também seus problemas se inserem nessa realidade e não podem ser trabalhados ou mesmo analisados sem considerá-la, isso requer uma análise conjuntural dessa realidade.

A educação vive um momento de muitas mudanças. Cada vez mais, a escola se abre às classes populares. No entanto, conforme afirma (SOARES, 1992.p.9):

“A escola pública não é como erroneamente, se pretende que seja, uma doação do estado ao povo, ao contrário, ela é uma progressiva e lenta conquista das camadas populares em luta para democratização do saber através da democratização da escola”.

As conseqüências disso são uma série de desencontros referentes à diferença existente entre o modelo ideal de aluno que a escola almeja e o

aluno real, que ela recebe. Talvez um dos mais graves desencontros esteja relacionado à postura da escola diante da linguagem, apesar dos estudos já realizados sobre o assunto. Enquanto de um lado, a escola quer que o aluno real domine, de antemão, um padrão lingüístico que não faz parte de seu contexto social, ele traz consigo o domínio de um padrão popular, que é utilizado na oralidade. Após o processo de alfabetização, um grande número de crianças e adolescentes começa a escrever de maneira bem distanciada do padrão formal. Eles transcrevem a própria oralidade e, normalmente, não conseguem expressar suas idéias. O domínio da língua escrita, que difere da língua oral, representa, desde o processo de alfabetização, o acesso a um antigo tipo de tecnologia que é fundamental para as sociedades em geral, principalmente para aquelas que têm suas bases culturais na História da Europa.

### **1.3. Problema e hipóteses**

Vive-se um momento intenso de mudanças na sociedade, que refletem na educação. Diante delas, mudam-se os pressupostos que orientam o estudo da ortografia e amplia-se, ainda, a quantidade de recursos que podem ser utilizados pelo professor. Dentre tais recursos pode se citar o uso de computadores na sala de aula. Apesar de se opor a muitas expectativas, o uso do computador em si não soluciona os problemas ortográficos, apesar de minimizá-lo, pois o usuário percebe os desvios que comete frente à norma-

padrão. No entanto, ele precisa dominar o sistema ortográfico para, de fato, selecionar as palavras coerentemente. Tal domínio é adquirido a partir do espaço escolar. Diante disso, eis o problema delimitado: que tipo de intervenção pedagógica pode contribuir para a solução dos problemas ortográficos, através de softwares educativos, considerando os novos paradigmas educacionais. O cotidiano, vivências e leituras provocam algumas reflexões sobre o mesmo. Tais reflexões podem ser confirmadas ou não pela realização deste estudo, mas orienta, de certa forma, sua realização.

Conforme Magda Soares (1992), a escola se abre às classes populares, a partir de 70, mas tal processo deixa de considerar fatores importantes como o exposto a seguir. O nível de escolarização dos pais das crianças e dos adolescentes, matriculados nas escolas públicas é baixo. São pessoas que têm um acesso à leitura restrito ao uso básico, que a sociedade lhe impõe. Seu contato com a escrita se dá somente através de textos ligados a seus afazeres, como por exemplo, as contas a serem pagas, propagandas de posses a serem compradas, instruções a serem seguidas. O pouco contato com a escrita pode contribuir para as dificuldades ortográficas, uma vez que também as crianças terão menos acesso a ela.

Levanta-se um outro aspecto que se relaciona com o anterior. A maior referência lingüística para sua escrita é a oralidade. A consequência disso reside no fato de se escrever da mesma maneira que se fala. A fala e a escrita se dão através de processos diferenciados e não compreender essa diferenciação incorre em problemas significativos para a produção do texto

escrito. Tais problemas se dão no plano semântico e formal. As dificuldades ortográficas se manifestam, na maioria das vezes, no plano formal e estão associadas à representação fonema/grafema. Para trabalhá-las, o professor precisa, antes de tudo, de ter uma atitude de respeito frente à variedade lingüística trazida pelo aluno.

Essa reflexão aponta para algumas hipóteses sobre a criação de estratégias que possibilitem a solução das dificuldades de aprendizagem encontradas pelos alunos do Ensino Fundamental no que se refere à ortografia. Essa contribuição, pautada por recursos tecnológicos, pode se tornar uma aliada do professor, possibilitando a ele uma ação construtivista no seu fazer pedagógico, criando diante da ortografia uma atitude investigativa, uma atitude de pesquisa.

Isso requer um processo interativo entre educando/objeto de conhecimento e educando/outros sujeitos, um contato vivo com a linguagem escrita. Além disso, requer um posicionamento de respeito frente ao tempo que o aluno leva para construir e comprovar suas hipóteses. Prevê-se que, compreendendo melhor a conjuntura educacional e suas bases teóricas, o professor terá como desenvolver um trabalho que desembocará na sua própria capacitação para criar estratégias que permitam:

- A criação de um espaço para que o aluno construa seu conhecimento, observando, comparando e concluindo;
- A socialização do aluno;

- A vivência de uma variedade de experiências com o texto escrito;
- A avaliação das reais causas de dificuldades apresentadas pelos alunos.

Construir essas alternativas pode, certamente, significar muito para a minimização do fracasso escolar da criança, elevando o nível de seu desempenho lingüístico e melhorando a auto-estima de professores e alunos. Dessa maneira, os resultados desse estudo podem ajudar na compreensão de fatores escolares e extra-escolares que provocam a insegurança daqueles profissionais que vêm construindo uma prática pedagógica inovadora. Através dele, pode se oferecer subsídios para intervenções relativas ao tema e para um processo de reflexão pautado pelo texto que o aluno produz e pelas intervenções feitas por ele como mediador.

## **1.4. Objetivos**

### **1.4.2. Objetivo geral**

- Apresentar possíveis intervenções pedagógicas no ensino da ortografia, da Língua Portuguesa, através de softwares educativos, considerando os novos paradigmas educacionais.

### **1.4.2. Objetivos específicos**



- Discutir o novo cenário da realidade educacional e brasileira e como as novas tecnologias nele se inserem.
- Estudar o tema ortografia, considerando as dificuldades de aprendizagem do sistema ortográfico e as teorias que contribuem para a organização de estratégias que busquem saná-las.
- Levantar possibilidades de uso do computador na elaboração de intervenções pedagógicas para o domínio do sistema ortográfico da Língua Portuguesa.

## **1.5. Procedimentos metodológicos**

Para a realização deste trabalho, será efetuada realizada uma pesquisa bibliográfica, que se divide em 3 etapas. A primeira etapa se organiza em torno de teorias sobre a realidade educacional. Para tanto serão tomados vários autores, dentre os quais se destacam Demerval Saviani, Tomaz Tadeu Silva e Pedro Demo. A intenção é conseguir montar um panorama da realidade educacional brasileira para se compreender melhor a ênfase dada à tecnologia na escola, com investimentos em equipamentos tecnológicos e formação de professores.

Posteriormente, será feito um estudo sobre as abordagens em torno da tecnologia e educação. Buscando compreender as relações existentes entre

as duas áreas e as contribuições que a primeira pode apresentar para a segunda, além de outros fatores condizentes com essas relações. Nesses termos, serão tomados para embasamento os autores: Nelson de Lucca Pretto, Juana M. Sancho, Fábila Magali Santos Vieira, José Armando Valente e Barros, dentre outros.

Além disso, foram tomados os gramáticos Domingos Paschoal Cegalla, Carlos Rocha Lima e Luís Antônio Sacconi para conceituação e historização da Ortografia da Língua Portuguesa no Brasil e os lingüistas Luís Carlos Cagliari, Miriam Lemle, Artur Gomes de Moraes e Jânia Ramos, ao se tratar das dificuldades de aprendizagem desse aspecto lingüístico. Com isso, pretende-se chegar à fundamentação teórica necessária para o levantamento das intervenções possíveis no Ensino da Ortografia.

## **1.6. Limitações do trabalho**

Podem ser apontados como limites para a realização deste trabalho três itens. O primeiro deles seria a dificuldade de acesso a teorias que relacionassem tecnologia e ortografia, numa abordagem pedagógica. O segundo se refere a quase ausência de softwares educacionais, nas instituições escolares, ligados ao tema explicitamente. A maioria das informações ou acesso a esse tipo de aplicativo se deu pela Internet. Por fim, a impossibilidade de contato com profissionais que tenham experiências práticas com o uso do computador de maneira interativa no ensino da ortografia.

## **1.7. Descrição e organização dos capítulos**

- Capítulo 2 - apresenta uma análise da conjuntura educacional, considerando-se a inserção dos recursos tecnológicos neste cenário.
- Capítulo 3 - conceitua, historiciza o tema ortografia e discute questões relativas às dificuldades do mesmo.
- Capítulo 4 - aborda a relação tecnologia e educação, bem como as contribuições que a primeira pode dar ao ensino da ortografia.
- Capítulo 5 - discute diretamente as possibilidades de uso do computador no Ensino da Ortografia, apresentando exemplos possíveis de intervenções pedagógicas nesse sentido.
- Capítulo 6 - apresenta as conclusões feitas diante do tema – Ortografia e Tecnologia – e as reflexões feitas a partir desses estudos.

## **2. TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

### **2.1. Tecnologia, mudanças de paradigmas e educação no Brasil.**

O desenvolvimento tecnológico, desde o uso da machadinha, na Idade da Pedra Lascada, até a era da Informática representou avanços muito significativos para a humanidade. Através das tecnologias inventadas nessa época, apesar de rudimentares como a machadinha de pedra, aumentaram as possibilidades de trabalho. Nas primeiras comunidades, cultivar a terra era algo temporário, era necessário se locomover em busca de novas terras férteis. Com a invenção de alguns instrumentos agrícolas, o homem pôde se fixar, trabalhando a terra e podendo explorá-la melhor. Mais tarde, também a escrita, o telégrafo e a imprensa puderam dinamizar o processo de comunicação entre os homens, mesmo que à distância. A máquina fotográfica, o cinema, o rádio e o televisor tiveram papéis fundamentais na história da comunicação e da veiculação de informação na sociedade. Muitas vezes, não se trata somente de um avanço na comunicação, mas expressa um avanço também no pensamento humano.

Tais recursos se inserem num contexto amplo: o sistema econômico, social e político. Na medida em que esse sistema evolui, ele exige uma maior possibilidade de uso desses recursos, que por sua vez, impulsionam o desenvolvimento da sociedade. Eles contribuem para a ampliação e divulgação

dos pensamentos divergentes que a movem e para formação de valores. O presente momento histórico demonstra o dado acima com clareza. Hoje se vive a efetivação de uma nova ordem mundial. No campo do trabalho, assim como no campo da educação, há uma mudança axiológica. No entanto, a vasta gama de possibilidades de comunicação, oferecida pela internet, por exemplo, representa uma consequência desses novos valores. Cumprem, também, a tarefa de veiculá-los e formar opiniões, dado ao fato de ser um espaço aberto com alcance em massa.

“Esse conjunto de novos valores vai caracterizando esse novo mundo ainda em formação. Um mundo em que a relação homem-máquina passa a adquirir um novo estatuto, uma outra dimensão. As máquinas da comunicação, os computadores, essas novas tecnologias, não mais máquinas. São instrumentos de uma nova razão. Nesse sentido, as máquinas deixam de ser como vinham sendo até então, um elemento de mediação entre o homem e a natureza e passam a expressar uma nova razão cognitiva”. (PRETTO, 1996, p.43).

Nesse sentido, pode-se afirmar que os recursos tecnológicos são hoje muito importantes para a ideologia dominante, pois constituem um instrumento essencial à organização do trabalho, logo a educação precisa considerar sua existência e sua utilização como algo bastante necessário. No entanto, eles não se inserem nesse mercado sem explicações. O fato é que suas potencialidades são essenciais para garantir a qualidade da produção, e muitas vezes, um lucro maior dado à forma como se estabelece uma nova

relação entre o trabalhador e sua produtividade. Em se pensando na educação, torna-se importante incluir o uso dessa tecnologia no currículo escolar. Pode-se questionar quanto à função da escola: sua tarefa é formar mão-de-obra para o mercado de trabalho ou formar o homem para uma vida digna e humana nas relações pessoais e sociais? Acredita-se que a segunda opção se constitui enquanto uma resposta mais adequada, por considerar que esse tipo de formação passa também pelo domínio das tecnologias e linguagens que permeiam a sociedade. O uso das mesmas pode significar um maior acesso às informações, um melhor desempenho lingüístico e cognitivo e, conseqüentemente, um processo de aprendizagem rico.

Hoje, como reflexo de uma política mundial, os paradigmas educacionais que orientam o discurso pedagógico são novos e em alguns momentos, os discursos conservadores e progressistas se convergem diante de alguns argumentos como os seguintes: concepção de avaliação, de currículo, de metodologias, do perfil do aluno a ser formado. O domínio das novas tecnologias se apresenta como um dos traços importantes do novo perfil do educando, assim como o desenvolvimento lingüístico. Tais dados convergem para as solicitações do mercado de trabalho, conforme se afirma no parágrafo anterior. Essa é uma visão própria dos conservadores. No entanto, para os progressistas, esse discurso se move pela necessidade de uma formação humanística e totalizante. O fato é que todos os grupos podem criticar o desenvolvimento tecnológico, mas não negar que eles podem contribuir para o desenvolvimento do ser humano se usado dentro de perspectivas educativas e

construtivas. Esses são alguns reflexos do momento atual e suas mudanças frente à sociedade em geral.

Os recursos tecnológicos estão inseridos nesse contexto de mudanças de paradigmas. Reconhece-se que muito houve de evolução em termos tecnológicos. Nos anos 70, surgiram os microcomputadores com um potencial bem limitado de operação. No entanto, atualmente pode-se contar com diversas tecnologias de comunicação. Também a educação se desenvolveu significativamente em termos históricos, apresentando-se mais aberta para as mudanças de hábitos, valores, costumes e visão de mundo presentes na sociedade. Logicamente, ela se apresenta, então, mais aberta para a tecnologia.

A relação tecnologia/educação implica também numa relação antagônica frente ao poder. Se por um lado, as classes populares precisam ter acesso a esses recursos através do ensino público, por outro lado, a inserção dos recursos tecnológicos na escola representa, conforme afirma Araújo:

“Um modo de realização do poder da burguesia para maior controle, em menor tempo, com maior lucro, sobretudo quando poucos têm acesso aos avanços da tecnologia, de suas máquinas e equipamentos”.

Marcuse (1977) já alertava para essa discussão dizendo que a tecnologia e a economia eram as novas formas de controle da burguesia. Um governo só se mantém quando explora com êxito a tecnologia implantando novas necessidades materiais e intelectuais nos

sujeitos. O poder político firma-se sobre o progresso mecânico e técnico, conduzindo-nos a necessidades não pessoais, falsas necessidades sobre as quais não temos controle”. (ARAÚJO, s.d., p.45).

A questão tecnológica, muitas vezes, é tomada por alguns estudiosos do assunto de maneira mítica, sem se perceber a dimensão apresentada por Araújo. Conforme a abordagem feita neste capítulo, tanto os conservadores quanto os progressistas entendem a necessidades de incluir na educação a introdução ao desenvolvimento de habilidades em torno dos recursos tecnológicos, bem como de utilizá-los como recurso pedagógico. Além disso, há convergências em outros aspectos do discurso pedagógico. Tomando-se o termo interdisciplinaridade, ver-se-á que enquanto um grupo pretende com um trabalho, nessa perspectiva, conseguir uma formação humana, que propicie uma leitura complexa da realidade, o outro tem por finalidade uma visão processual, que elimine com a fragmentação própria do modelo fordista. Pode-se, assim, afirmar que a realidade é bastante dialética e, é nesse contexto, que a educação brasileira vem se refazendo, apesar de todo jogo desigual que contrapõe interesses antagônicos. O que se percebe é que o discurso pedagógico presente na sociedade atual parece minimizar essa desigualdade.

## **2.2. A luta pela democratização da escola: um conflito sempre presente**



À medida que o homem cria e constrói seu trabalho, ele modifica o mundo ao seu redor. Sabe-se ainda que ele não se encontra isolado no universo, pois compõe um contexto histórico, social, político, cultural e econômico. As mudanças ocorridas em âmbito mundial afetam o trabalhador da educação em seu país, em seu estado e em seu município, uma vez que os fatos que acontecem não se dão de maneira desconectada. Eles se dão a partir de valores, princípios e interesses que representam uma determinada ideologia. Pode-se dizer que o processo de Globalização da Economia Mundial interfere necessariamente na realidade educacional. Percebe-se que essa nova realidade propõe também uma maior valorização do desenvolvimento tecnológico, que se desdobra e torna-se muito marcante no final do século XX. O computador começa a existir como uma posse doméstica que, como o telefone, possibilita uma série de atividades comunicativas para o homem. Através dele, ele se informa, faz compras, comunica-se com outros, visita bibliotecas e envia mensagens como se fosse pelo correio.

“A expansão da nova tecnologia da informática e dos seus desdobramentos – a teleinformática e a robótica – representa um salto qualitativo no processo evolutivo científico-técnico-produtivo da humanidade. Nos grupos sociais de centro, ocorrerá paralelamente ao progresso daquela o desenvolvimento sociocultural, o que atualmente não se observa nos grupos da periferia, onde, provavelmente, se agravará o hiato entre o desenvolvimento econômico e político-cultural.

Obviamente, não se trata ainda de uma passagem do simplesmente dramático ao profundamente trágico, mas o fenômeno assumirá esse caráter se não tomarmos conhecimento do descompasso entre os dois ritmos de desenvolvimento e não nos empenharmos na aceleração firme e conseqüente do desenvolvimento político-cultural. Isto equivale a dizer que, nos grupos da periferia, o processo de educação científico-técnico-econômico-produtiva precisa ser acompanhado de um vigoroso processo de educação sociocultural e, conseqüentemente, sociopolítica. Para esse fim, vemos como um espaço de ação viável do redimensionamento daquilo que se concebe como educação". (BARROS, et al, 1998, p. 26 - 27 ).

No entanto, apesar de aparentes transformações na sociedade provocadas por essa nova ordem mundial imposta pelos neoliberais, pode-se afirmar que tal processo expressa uma ideologia, aquela que representa os interesses dominantes. Dentre as quais, uma conseqüência é a insatisfação que provoca uma movimentação em torno do conflito existente entre os interesses de classes antagônicas, que compõem a sociedade capitalista. Tudo isso, sem dúvida, reflete na educação.

As tecnologias que se viram impulsionadas por momentos históricos importantes, em que os homens provocam mudanças políticas, econômicas e sociais, têm grande impulso em mais um desses momentos – a atualidade. Hoje, vive-se uma grande gama de transformações sociais e tais recursos recebem um grande investimento.

## 2.3. A inserção dos recursos tecnológicos nas escolas

A escola tradicional e o tecnicismo, principalmente, se tomado aos moldes da década de 70, nunca atenderam aos interesses da esquerda no Brasil e não mais atendem aos interesses das classes dominantes. A História da Educação no Brasil mostra a que a escola sempre cumpre a tarefa de reprodutora dessa ideologia. No entanto, essa mesma história mostra que sempre há resistência a esse tipo de educação. Assim, pode-se afirmar que na opinião de alguns, a tarefa cumprida pela escola burguesa do século XX é manter o *status quo* a partir da inculcação de valores que justificam toda a desigualdade social, ocultando a realidade e as reais causas da pobreza, da marginalidade e de tudo que advém delas, sublimando a relação de opressão existente na sociedade e negando as possibilidades de sua transformação, ocultando tudo o que há de opressor e transitório nele (trabalho pedagógico de ocultamento da realidade). Além disso, ela é responsável pelo já referido ato de exclusão, que divide os homens entre aqueles que pensam e aqueles que operam e por uma formação que atenda à demanda de solicitação de mão-de-obra no mercado.

Na década de 80, muito se falava em mudanças da realidade educacional e muitos movimentos se deram nesse sentido, a partir de discussões abordando tal tema. Ainda nessa década, uma onda de greves na Educação estourou em todo o país, dentro das escolas, das universidades, e de diversas organizações não governamentais. A educação foi foco de muita polêmica. A partir disso, alguns elementos que compõem a realidade educacional vão se

modificando, ora através de atos significativos para a transformação dessa realidade, ora através de pequenas reformas que mantêm, no fundo, as coisas como estavam antes. Por um lado, os progressistas procuram construir uma escola democrática. Para esses, o conceito de currículo se vê modificado. Torna-se necessário para a escola estabelecer uma relação significativa entre currículo - trabalho, inserir-se na comunidade como um espaço democrático autônomo e descentralizado, considerar as origens e peculiaridades dos alunos advindos das classes trabalhadoras, buscar a formação do cidadão capaz de teorizar a prática que traz consigo, capaz de refletir sobre os direitos de saúde – educação – cultura – trabalho. Por outro lado, os conservadores também insatisfeitos propõem mudanças para a educação. No entanto, suas propostas não têm como objetivo democratizar o espaço educacional, mas atender às solicitações neoliberais. Dessa maneira, pode-se afirmar que a educação sofreria, então mudanças significativas, uma vez que há um consenso quanto à necessidade de transformação da realidade educacional. No entanto, tais mudanças poderiam não representar um processo de democratização, mas uma modificação na atuação da escola enquanto aparelho ideológico, na manutenção do *status quo*.

Assim sendo, o final da década de 80 e toda a década de 90 foram marcados pela busca de novos referenciais para a educação institucionalizada. Num primeiro momento, foram revistos os programas de ensino, também chamados de propostas curriculares. Houve, nesse período, muito investimento na formação de professores, através de projetos desenvolvidos pelas entidades competentes.

Outro investimento se deu na forma de organização do trabalho dentro da escola através do Projeto de Qualidade Total, que consiste num programa de gerenciamento e controle de qualidade, criado no Japão, desenvolvido nas empresas de vários países e introduzidos na Educação nos Estados Unidos.

O referido projeto é introduzido nas escolas, nas fábricas, nos escritórios, nas empresas em geral. Prima-se pela organização, pela capacidade de se trabalhar em grupo, pela flexibilidade, pela capacidade de se raciocinar sobre o todo e não somente sobre partes fragmentadas de um processo de trabalho, dentre outros. Ele implica, muitas vezes, numa relação de exploração que se dá através de políticas trabalhistas que geram a exploração da mão-de-obra e a competitividade. De fato, toda essa política ganha força inicialmente nas escolas públicas do país. Mas sua aceitação é frágil e, apesar, de muitos elementos considerados próprios dela se encontrarem inseridos na prática do professor, não houve uma aceitação geral e significativa na educação, devido ao seu caráter empresarial. No entanto, trata-se de pequenas reformas, que atendem à política neoliberal.

“Nesse projeto, a intervenção na educação com vistas a servir aos propósitos empresariais e industriais tem duas dimensões principais. De um lado, é centrada na reestruturação (...). De outro é importante também utilizar a educação como veículo de transmissão das idéias que proclamam as excelências do livre mercado e da livre iniciativa. Há um esforço de alteração do currículo não apenas com o objetivo de dirigi-lo a uma preparação buscada pelos ideólogos neoliberais, atrelar

a educação institucionalizada aos objetivos estreitos de preparação para o local de trabalho também com o objetivo de preparar os estudantes para aceitar os postulados do credo liberal". (SILVA, 1996, p.12)

Nos anos 90, o projeto de Qualidade Total é adotado como política educacional pelo governo de Minas Gerais. Justamente, nesse período é que os recursos tecnológicos chegam à escola. Anteriormente, o professor contava com o quadro, o giz, às vezes vídeo, televisor e aparelhos de som. Nesse período, as escolas recebem kits tecnológicos, contando com laboratórios de informática, tevê, vídeo, antena parabólica, que possibilitariam um maior acesso à formação e informação para professores e alunos.

Mas tal investimento não garantiu a aprovação do Projeto de Qualidade Total, uma vez que interesses contrários apontam para direções divergentes. Para os neoliberais, a educação não é mais papel do Estado. Pode-se perceber isso claramente no discurso que defende o convênio e parceria com empresas da rede privada. O Ensino Brasileiro se torna alvo de críticas, é como se todo o processo de exclusão fosse responsabilidade da escola. Enquanto, de um lado, os progressistas gritam por melhores condições de trabalho e por melhores salários, os conservadores apontam o professor como profissional mal formado e, muitas vezes, como irresponsável e incompetente, por não se esforçar para mudar a situação. Além disso, afirmam que a causa disso tudo é a má gestão na educação e que a consequência é o desperdício de recursos públicos.

“Assim, a estratégia neoliberal de retirar a educação institucionalizada da esfera pública e submetê-la às regras do mercado significa não mais liberdade (a palavra fetiche da retórica neoliberal) e menos regulação, mas precisamente mais controle e ‘governo’ da vida cotidiana na exata medida em que a transforma num objetivo de consumo individual e não de discussão pública e coletiva. Nesse caso, menos governo significa mais governo.

Outras das operações centrais do pensamento neoliberal em geral, e, em particular, no campo educacional, consiste em transformar questões políticas e sociais em questões técnicas.(...) Assim, a situação desesperadora enfrentada quotidianamente em nossas escolas por professoras e estudantes é vista como resultado de uma má gestão e de desperdício de verbas, por parte dos poderes públicos, como falta de produtividade e de esforço por parte dos professores/as e administradores/as educacionais como consequência de métodos atrasados e ineficientes de ensino e de currículos inadequados e anacrônicos “. (SILVA, 1996, p.18)”.

O processo de Globalização da Economia é, por si excludente. Essa é a lógica neoliberal. Ele consiste em aumentar a riqueza de alguns e a pobreza de outros. Diante disso, seria de fato a escola a grande vilã desse cenário? Será ela, por exemplo, a responsável pelos problemas sociais? Considere, por exemplo, a questão da repetência e da evasão, será mesmo essa uma responsabilidade apenas sua? A fome, a miséria, a falta de perspectivas de

trabalho não seria também motivadores fortes para a ocorrência desses problemas?

## **2.4. Mudanças de paradigmas na educação**

As exigências do mercado de trabalho interferem na política pedagógica, levando-se a rediscutir princípios educacionais. A rediscussão dos princípios que norteavam a educação fazia parte dos anseios dos progressistas, mas essa não veio atendê-los. Há uma grande divergência relativa às idéias que movem os progressistas e os conservadores. Um grupo, conforme já afirmou este texto, busca uma educação pautada pelos anseios e necessidades do homem, o outro, pelas necessidades do capital. Com isso, o segundo busca moldar o cidadão, segundo as exigências da sociedade vigente, que para esse novo mercado de trabalho se baseiam nos seguintes itens: capacidade de trabalho em equipe, visão ampla da realidade, dinamismo, autonomia, liderança e criatividade. Tais expressões serão também preocupações do primeiro. A diferença se dá na função que cada um deles atribui à educação.

Para a formação desse cidadão, tanto na concepção de escola dos progressistas quanto dos conservadores, faz-se necessário transformar a estrutura educacional. A organização fordista de trabalho se refletiu por muitos anos na realidade educacional, apesar de não se apresentar como uma forma de organização completamente ultrapassada, uma vez que a maioria das escolas se estrutura de maneira fragmentada. No entanto, já faz parte do



discurso e de algumas referências práticas a quebra desse esquema de organização. Não é mais possível que a escola se oriente segundo uma organização utilizada desde o início do século XX, cada trabalhador executando uma parcela da produção, avanço técnico associado à utilização de máquinas mais complexas. Isso permitiu maior rapidez no processo produtivo. Para a época, esse foi um avanço significativo em termos tecnológicos. Hoje a reestruturação produtiva, possibilitada, principalmente, por causa da tecnologia, não concebe mais divisões técnicas no trabalho. O trabalhador para atender as exigências da empresa tem que ser polivalente, tendo um amplo conhecimento e domínio de habilidades para o exercício de várias tarefas. A princípio, a própria revolução tecnológica quebra com a lógica fordista, dada, muitas vezes, a potencialidade do computador à capacidade de gerar a integração, viabilizando um trabalho mais inteiro.

Não somente no trabalho se busca essa relação com o todo. Também, na educação, anseia-se por uma formação do homem por inteiro. Numa perspectiva interdisciplinar, é preciso que a escola possibilite uma formação global, capaz de considerar que a realidade é una, apesar de se formar por diferentes aspectos.

“Para isso, os homens terão de ser identificáveis a partir de uma cultura comum, na qual deverá estar incorporado um conjunto de valores que, garantindo o todo, preserve a individualidade. Deverão, também, ter uma educação formal, conhecer e dominar linguagens que lhes permitam o exercício pleno de sua racionalidade formal –

esta deverá ser contrabalançada, possibilitando que cada indivíduo libere suas emoções, tenha senso de oportunidade e explicita suas intenções. Em suma, há de se buscar homens que, participantes de sistemas, exponham seus projetos e seus inconscientes para a construção de outros sistemas; enfim, homens que façam a história". (BARROS, et al, 1998, p. 25)

Esse tipo de educação leva a autonomia. A verdadeira cidadania se dá a partir de homens autônomos, capazes de se posicionar criticamente, não somente com palavras, mas também ações.

## **2.5. As novas diretrizes para a educação brasileira e sua abordagem sobre os recursos tecnológicos**

Todo o conflito de classes presente no debate educacional se insere num momento histórico rico em mudanças. A década de 80 marca a busca da redemocratização deste país. Após a Ditadura Militar, a política nacional veio sendo forçada a se modificar, não somente pela mudança de conjuntura que se configurava no cenário mundial, como também pela resistência organizada através dos movimentos sociais. São exemplos concretos os movimentos grevistas de 79, dentre os quais podem ser citados os seguintes: a greve dos professores do Estado de Minas Gerais, o movimento pela volta das eleições diretas, a organização do Movimento Sem Terra, o fortalecimento, na Igreja Católica, da Teologia da Libertação. Nesse período, ocorreram muitas

mudanças que levariam a sociedade brasileira a rever suas leis, pois durante ele ocorreu o processo constituinte. Tratava-se de um amplo movimento social, que refletia todo o cenário de disputa da época.

### **2.5.1. Discutindo alguns aspectos da lei**

No bojo dessa correlação de forças, todas as leis do país foram revistas. Muitos foram os avanços advindos desses processos, apesar de posteriormente serem rediscutidos, a fim de regulamentação, e conseqüentemente limitados, quando não cassados muitos dos direitos conquistados. Diante desse cenário, suscitando muita discussão, a tão retrógrada LDB 5692, instituída durante o período de Regime Militar, vigente por 25 anos, cede lugar a um texto que expressa o debate em torno das diretrizes educacionais para este país. Tal debate esteve em cena na sociedade e no Congresso Nacional num processo de tramitação que durou 8 anos.

Demo (1997) faz algumas considerações importantes quanto à mudança de paradigma presente no discurso pedagógico atual. Para ele, a lei propicia alguns avanços, uma vez que nela são estabelecidos alguns parâmetros para a relação ensino-aprendizagem. O processo de construção do conhecimento vivenciado pelo aluno se torna centro insubstituível dessa aprendizagem, enquanto o professor desempenha o papel de orientador. Além disso, a

educação se centra na reconstrução do aspecto humano, sendo inaceitáveis ações de treinamento e instrução, pois o educando é o ponto de partida e de chegada. Para essa visão educacional, não há espaço para a fragmentação, trata-se de um espaço interdisciplinar e prático, onde teoria e prática devem estar sempre aliadas, na busca do desenvolvimento de competências humanas, cujo centro não deve ser a competitividade.

Demo (1997), ao discutir os avanços referentes aos novos paradigmas postulados para a Educação do século XXI, discute seu papel social à realidade econômica ao fazer a seguinte afirmação:

“Com efeito, a economia competitiva alimenta-se da energia do conhecimento moderno desconstrutivo e inovador. Mas com isso, substitui crescentemente o trabalhador pela informática, sobretudo, além de exigir dele qualificação maior cada vez mais sofisticada. (...). Ademais, não é fácil conjugar bem educação e conhecimento como se fossem parceiros vocacionais. Ao contrário, em sociedades como a nossa, propendem a afastar –se, e, pior do que isso a inverter a hierarquia ética: em vez de conhecimento ser instrumento primordial da educação, vira o contrário. Talvez o que mais possa preocupar hoje é o casamento faceiro que o conhecimento faz com o mercado”.  
(Demo, 1997, p.46-47).

As demandas atuais requerem da escola uma atuação que garanta uma formação sólida aos educandos, tanto no campo da cultura, como no campo da

técnica. Tal preocupação se refere à necessidade de se desenvolver atitudes, habilidades e conhecimentos que possibilitem a adaptação e a permanência no mercado de trabalho, bem como a formação da cidadania e do espírito crítico, capaz de levá-los à luta por uma sociedade mais justa. Nesse sentido a tecnologia tem uma contribuição significativa a dar. Se a tecnologia cumpre o papel de ampliar os alcance dos homens diante de suas necessidades, ela parece surgir atualmente como uma ameaça para os profissionais da educação que têm como meta repassar informações históricas ou científicas. Ela se torna hoje um campo vasto para a construção e organização do conhecimento. Não há mais lugar para uma escola que transmita informações, pois as novas tecnologias oferecem isso para o estudante de maneira prazerosa, dinâmica e variada. Assim como a escola, sua utilização precisa estar ao alcance de todos.

Torna-se interessante ainda discutir a maneira como a LDB lida com o direito à educação. Numa sociedade como a atual, seria pouco produtora a existência de pessoas não escolarizadas. Trata-se da Era da Informação. E as políticas internacionais para a educação não aceitariam tamanha defasagem.

Para a nova LDB, a educação é direito legal de todos, e, é dever do Estado para com a educação pública, o ensino fundamental para todos, inclusive para aqueles que não tiveram acesso à escola na idade própria. Assim, a educação básica é apontada como um espaço inclusivo para a formação dos cidadãos brasileiros. Essa abertura reflete os anseios de democratização do espaço escolar, da busca de uma escola que aceite a pluralidade existente na realidade brasileira quanto à formação, ao poder econômico, às diferenças culturais inerentes a cada grupo que participe desse espaço.

Discutir a inclusão é lidar com os limites do processo de aprendizagem, posicionado-se frente às dificuldades que se apresentam nessas dinâmicas de avaliação que precisam ter um novo eixo, a construção do conhecimento, e não mais a quantificação e classificação dos alunos segundo suas notas. Também quanto a isso, a lei flexibiliza bastante a estrutura educacional que se baseia ainda em princípios bastante positivistas.

Avaliar é uma velha prática do professor, que se vê muito distanciada de uma perspectiva prática, considerando as dificuldades e as possibilidades de vencê-las. Nesse caso, pela nova LDB, a verificação do desempenho do aluno e do seu rendimento escolar deverá se dar de forma contínua, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os aspectos quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre eventuais provas finais. Tudo isso vem de encontro a um processo de avaliação mais coerente, sobrepondo a relação ensino e aprendizagem à quantificação. Assim, o tempo do aluno na escola não fica vinculado a números frios e irreais que, numa tentativa de objetivação do processo de avaliação daquilo que se aprende, nega toda a relatividade presente na relação professor/aluno, professor/conhecimento e professor/educação. De fato o processo de avaliação é subjetivo, justamente por considerar que quem aprende é o sujeito e que sujeitos são diferentes entre si. No entanto, o processo de avaliação serve justamente para demonstrar as peculiaridades do sujeito envolvido na relação ensino-aprendizagem. É a partir dela é que são detectadas as dificuldades de aprendizagem. Muitas vezes, é a partir dela que se pode criar estratégias que

asseguem vencer os limites impostos nessa relação por uma série de fatores que podem ser de ordem orgânica, psicológica, cognitiva, social...

Há também uma flexibilização do tempo escolar do aluno, expressa também no artigo 24, alínea 5, itens b e c, podendo haver *“aceleração de estudos para alunos com atraso escolar”* e *“possibilidade de avanços nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado”*. Apesar de uma abordagem pouco pedagógica feita nesse capítulo, muito ligada à questão funcional do tempo escolar, esses itens apontam para a necessidade, muito discutida no debate educacional, de revisão no processo de avaliação vigente no país, bem como na relação que se tem com a construção do conhecimento dentro do espaço escolar. Somente no espaço escolar é que existe a rigidez quanto ao tempo para aprendizagem. As teorias construtivistas demonstram que o ser humano aprende segundo seu desenvolvimento individual. Não é coerente fixar tempos iguais para sujeitos diferentes. As diversas possibilidades de uso dos recursos tecnológicos possibilitam esse respeito ao tempo de aprendizagem do usuário. Ele, de acordo com sua necessidade ou desejo, acessa as informações e os espaços para interação, de acordo com seu nível de desenvolvimento, com sua disposição e com sua disponibilidade. Hoje se vê na prática educacional essa preocupação, mas isso é uma novidade. De fato, muito tem sido feito no sentido de construir uma prática mais inovadora e coerente com o discurso pedagógico. No entanto, trata-se de um processo de construção de novas perspectivas nesse caminho.

Um exemplo que pode tornar mais perceptível a inovação da prática pedagógica, é a organização por ciclo, como um reflexo desse processo que se vê contemplado na nova Lei.

“Artigo 23(Título V) -. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos grupos não –seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar”. (LDB, 1997)

### **2.5.2. LDB e recursos tecnológicos.**

Torna-se interessante, ainda compreender como a Nova LDB apresenta a discussão sobre a questão tecnológica na educação. Hoje, o acesso aos recursos tecnológicos já não é mais tão difícil. Sem dúvida, uma fila de banco, de supermercado, dentre outros, demonstram o quanto o computador é um bem de consumo e que a necessidade de possuí-lo já foi criada, conforme sempre se dá dentro do processo capitalista. Apesar de muitos alunos não terem acesso a um computador em casa, não se pode negar-lhes o acesso a esse recurso, que tem desempenhado um papel importante na sociedade.

Como a nova LDB aborda a questão dos meios eletrônicos e sua inserção no processo educacional brasileiro? Para se perceber essa abordagem, faz-se necessário reler o artigo 80, título VIII. Nesse caso, fica como tarefa do poder



público incentivar “o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino à distância, em todos os níveis e modalidades de Ensino, e de educação continuada”. O inciso 4º explicita melhor o tipo de investimento regulamentado: custos com transmissão através de radiodifusão sonora e de sons e imagens, além da concessão de canais com finalidade educativa. Percebem-se, por parte do poder público, várias ações voltadas para esse fim. Podem ser citados, como exemplos, os programas de formação continuada, contando com Cursos à Distância oferecidos via satélite, através de tevês com equipamentos como antenas parabólicas. Outro exemplo é a tevê Educativa, que conta com toda uma programação voltada para a formação de professores. Essas ações se relacionam diretamente ao referido artigo.

“A integração das tecnologias no currículo requer que o método seja sensível às experiências extra-escolar dos alunos. As estatísticas dizem que os alunos, em termos gerais, dedicam muito mais horas do seu tempo à tevê, aos videogames e a outros artefatos tecnológicos do que às tarefas escolares propriamente ditas. Isto não quer dizer que as práticas escolares tenham que se ocupar de ratificar estas experiências e concepções adquiridas no seu cotidiano. Trata-se, em todo caso, de aproveitar as suas habilidades e aptidões para usar os artefatos para que, aplicadas em determinadas atividades didáticas, adquirissem funções cognitivas coerentes com as pretensões educacionais da escola. Isto, por outro lado, não representa nenhuma novidade, pois trata-se de uma das propostas de Freire (1988), quando propõe combinar os conceitos espontâneos elaborados pelos

alunos na prática social com os novos conceitos introduzidos pelos professores na sala de aula”.(SANCHO,1998 p.98.)

No entanto, toda essa realidade não é sinal de muitos avanços. Os programas como o ProInfo – Informática e Formação de Professores -, ainda não contemplaram plenamente seus objetivos, uma vez que atingiram apenas um pequeno grupo de professores que atuam no ensino público, cuja tarefa é se formar enquanto multiplicador desse conhecimento na escola. Porém, suas atividades, como multiplicadores, estão no início e poucos foram aqueles beneficiados por ela. Infelizmente ainda não houve uma mudança de atitude significativa relacionada ao uso, na escola, dos recursos tecnológicos, os quais ainda não fazem parte da cultura de muitos profissionais, que ainda têm medo dos computadores, por isso não conseguem tê-los como aliados.

Conforme afirma Pedro Demo (1997), a nova lei ainda se encontra numa postura retrógrada no que se relaciona aos recursos tecnológicos.

“Perante o crescente desinteresse com respeito à escola e a seus professores, a educação à distância - que passa a ser entendida como termo metafórico, pois a distância não educa - traz novo alento, desde que os sistemas despertem para essa realidade e preparem seus professores para tanto. Nesse sentido devemos considerar lacuna deplorável na lei a falta de direcionamento no campo da informática educativa. Parecem-nos particularmente comprometedoras.

- a) A falta de indicação de sua importância na formação dos professores, o que leva à convivência com o atraso atual;
- b) A falta de indicação de sua importância para os cursos de educação e correlatos por serem os lugares específicos de humanização dessa tecnologia, ou seja, de teoria e prática de seu possível teor educativo;
- c) a falta de indicação dessa modernidade na educação superior, no fundo deixando o problema nas mãos privadas das grandes redes de televisão;
- d) a falta de indicação da utilidade gerencial da informática nos sistemas de educação, também para fins de avaliação expedita do rendimento escolar e da frequência de alunos e professores;
- e) a despreocupação cônica perante os problemas complexos de aprendizagem na educação à distância, restringindo-se ao intento de simples disciplinamento da área, sob tutela da União;
- f) a falta de indicação clara com o compromisso da aprendizagem, até mesmo para não transformar a tutela da União em intervenção apenas formalista.”(Demo, 1997, p.87)

O uso da informática educativa pode ser muito representativo para o avanço da história da Educação no Brasil. Não há como negar sua contribuição imensurável no que se refere ao acesso de informações. Conforme se afirma, neste mesmo capítulo, anteriormente, hoje à escola não cabe mais o papel de transmissora de informações. Trata-se de um novo espaço, onde deve haver

incentivo ao espírito investigativo, possibilitando uma aprendizagem mais verdadeira, capaz de contribuir para a formação de um sujeito autônomo. As novas tecnologias são recursos importantes que podem contribuir para a construção do conhecimento, o que pode ocorrer também através da utilização de recursos como o rádio e a tevê, a partir da organização de estratégias eficazes.

## **2.6. PCN e tecnologia.**

Em consonância com a Nova LDB, são elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais. Diante de como ela trata a tecnologia, torna-se válido, ainda avaliar como esses referenciais pedagógicos vêem a questão da informática na educação. Trata-se de uma proposta de reorientação curricular organizada pela Secretaria de Ensino Fundamental do MEC (Ministério da Educação e Cultura e Desportos), elaborada por professores altamente reconhecidos pela sua competência. Sua organização parte de dados advindos de diversas realidades do país. Num período de mudanças radicais de paradigmas, fizeram-se necessárias orientações que pudessem contribuir para o avanço da educação em geral. É interessante ressaltar a importância que os PCN dão para a questão da tecnologia, conforme foi discutido no parágrafo anterior. Partem do princípio de que a criança e o adolescente se inserem nessa sociedade tecnológica e procuram fazer abordagens em que consideram tais recursos como objeto de estudo, bem como meio pedagógico na construção do conhecimento.

“Ao mesmo tempo que é fundamental que a instituição escolar integre a cultura tecnológica extra-escolar dos alunos e professores ao seu cotidiano, é necessário desenvolver nos alunos habilidades para utilizar instrumentos de sua cultura. Hoje, os meios de comunicação apresentam informação abundante e variada, de modo muito atrativo: os alunos entram em contato com os diferentes assuntos – sobre religião, política, economia, cultura, esporte, sexo, drogas, acontecimentos nacionais e internacionais -, abordados com graus de complexidade variados, expressando ponto de vistas, valores e concepções diversos. Tanto é importante considerar e utilizar esses conhecimentos adquiridos fora da escola, nas situações escolares, como é fundamental dar condições para que eles se relacionem com essa diversidade de informações.”(BRASIL,1998, p.139)

Tal citação demonstra como a educação é vista de um ângulo diferente do tradicional. Pode-se perceber que o saber do aluno é a matéria prima para a construção do conhecimento, possibilitando de maneira significativa a formação de um sujeito autônomo, bem informado, capaz de fazer suas próprias leituras fora do espaço escolar. Os parâmetros curriculares, bem como a nova LDB, apontam em direção à postura pedagógica citada no parágrafo anterior. No entanto, para assumi-la, é necessário aos educadores e políticos envolvidos na educação uma mudança radical, que é algo muito complexo. Nesse sentido, é que conservadores e progressistas, muitas vezes, se confundem, podendo ser identificados a partir da prática de cada grupo.

Esse capítulo deixa clara a inter-relação existente entre os diversos aspectos de uma realidade. Assim, tecnologia e educação se tornam aliadas dentro de um novo contexto social. Segundo BARROS et al (1998), ambas acabam por cumprir um papel importante dentro do referido contexto. Se por um lado, elas podem desempenhar a função de manter a ideologia dominante, por outro, elas podem ampliar possibilidades de uma formação mais humana, autônoma, capaz de formar um homem crítico que se veja como um ser inteiro e perceba também a realidade como tal.

Não diria que somente o uso dos computadores provocaria tais mudanças. Porém eles se apresentam como um recurso para esse tipo de formação. No entanto, é preciso investir na formação do professor. Como se afirma no decorrer desse texto, hoje a qualificação do profissional é um elemento chave para sua boa atuação. Muitos educandos têm acesso a ambientes que lhes possibilitam tal tipo de desenvolvimento. A velha escola não mais responde aos seus anseios e os educadores precisam transformar cotidianamente o espaço escolar.

### **3. COMPREENSÃO DO SISTEMA ORTOGRÁFICO**

#### **3.1. Uma tecnologia chamada escrita.**

Pode parecer insignificante a preocupação dos educadores com a ortografia, uma vez que os computadores oferecem como recurso o verificador ortográfico que, potencialmente, é a solução para problemas dessa ordem. No entanto, utilizá-lo requer determinado domínio lingüístico. Não basta clicar para se acessar a palavra, cuja grafia esteja correta de acordo com o texto em que ela se insere, pois é necessário selecionar a palavra ideal. Nesse sentido faz-se necessário que o usuário conheça o sistema ortográfico.

O domínio da escrita constitui uma das dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos educandos do Ensino Fundamental. No entanto, a questão ortográfica se destaca e torna-se alvo da crítica, que se estende à instituição educacional. Sendo ela um eixo importante dessa pesquisa, torna-se interessante compreender como se organiza a ortografia da língua portuguesa, sua relação com a história da escrita, com o uso dos computadores e, ainda, como se dão as dificuldades de aprendizagem.

A escrita se apresenta como uma tecnologia intelectual criada pelo homem. A partir dela, outras se desenvolveram. Jornais, livros e a informática utilizam dessa tecnologia, apesar de também se constituírem como recursos tecnológicos. Sendo ela um recurso simbólico, capaz de representar o pensamento humano, ela move o mundo. A sociedade letrada desvaloriza o analfabeto e ele vive à sua margem. O sistema ortográfico é um dos aspectos

do sistema alfabético da escrita utilizado no ocidente e, conseqüentemente, no Brasil.

A história da escrita alfabética surge a partir do desenho nas cavernas, que se desenvolve, dando origem ao pictograma (signo utilizado num sistema escrito, de natureza icônica, baseado em representações simplificadas dos objetos), que não representava a fala inicialmente. A partir do momento em que ele começa a representar a fala, ele expressa melhor as idéias, uma vez que a fala permite essa expressão. Outros recursos iniciais da escrita são os recursos mnemônicos, símbolos heráldicos e os símbolos usados pelos índios para registrar o tempo. A escrita se inicia numa etapa, que KATO (1998), denomina lexical-silábica. Por volta de 3100 a.C., os pictogramas sofrem um processo de estilização se tornando convencionais, o que dá origem a alguns ideogramas (símbolo gráfico, que representa diretamente uma idéia), sendo que outros se originam de formas geométricas. Os ideogramas têm valor lingüístico de palavras, passando mais tarde a funcionar como sílabas. Por um período, as sílabas foram utilizadas em concomitância com os ideogramas. Os fenícios se apossaram da escrita lexical-silábica dos egípcios e dela extraíram 84 símbolos, que representavam apenas as consoantes. Mais tarde, foram incluídas as vogais e, assim, passou-se à escrita alfabética. É justamente nesse sistema que incorrem os problemas ortográficos.

### **3.2. Sistema ortográfico da língua portuguesa e sua história.**



Para se compreender quais são os problemas mais freqüentes em termos da ortografia da Língua Portuguesa, torna-se importante fazer um estudo sobre o que é a ortografia, sobre os princípios sob os quais ela se organiza e sobre como os estudiosos do assunto a compreendem. Iniciando a conceituação de ortografia, percebe-se que boa parte dos gramáticos dedica um capítulo a esses estudos. Alguns, de maneira mais generalizada, apresentam o conceito e, em seguida, uma série de regras que regulamentam seu uso, sem muitas explicações históricas ou funcionais, a respeito dessas regras ou, sem mesmo, uma discussão sobre os fatores que contribuem para as dificuldades no uso ortográfico pela comunidade em geral. Passeando-se por uma cidade qualquer, têm-se muitos exemplos de como a população se desvia das convenções ortográficas. São muros com propagandas e pichações, panfletos, placas dentre outros cheios de textos com problemas do ponto de vista ortográfico.

Rocha Lima (1968), em seu trabalho, não apresenta um conceito do que seja ortografia, iniciando o assunto a partir de uma perspectiva histórica. Já Cegalla (1984.p.31) conceitua da seguinte maneira: *“Ortografia (do grego orthographia, escrita correta) é a parte da gramática que trata do emprego correto das letras e dos sinais gráficos da língua escrita”*. Posteriormente, também esse autor faz uma retomada histórica sobre o sistema ortográfico brasileiro. Outro gramático, Sacconi (1988, p.15), apresenta apenas um conceito rápido seguido de uma pequena reflexão sobre o mesmo, discutindo questões como o seu surgimento relacionado às questões dialetais. *“Ortografia é a parte da Fonologia que trata da correta grafia das palavras”*.

Morais (2000, p.19), ressalta o caráter normativo da ortografia, afirmando que “ortografia é norma, uma convenção social” e destaca o papel da ortografia para uma comunidade lingüística:

“A ortografia funciona como um recurso capaz de ‘cristalizar’ na escrita as diferentes maneiras de falar dos usuários de uma língua. Escrevendo de forma a unificar, podemos nos comunicar mais facilmente. E cada um continua tendo a liberdade de pronunciar o mesmo texto à sua maneira quando, por exemplo, o lê em voz alta”.

Historicamente, o sistema ortográfico brasileiro, parte de uma representação, pretensamente, etimológica, uma vez que isso não ocorre de fato devido à imitação de modelos grego-latinos. Posteriormente, após estudos lingüísticos, ocorreu mais uma reforma ortográfica que resulta no atual sistema.

Quanto ao Sistema ortográfico em vigor, afirma Cegalla (1984, p.31) que este conta com as seguintes características:

(“1º”) é simplificado – reduziu, por exemplo, as consoantes dobradas ou insonoras, ofício, em vez de offício, atento por attento, salmo em vez de psalmo; aboliu os símbolos gregos: farmácia, em lugar de pharmácia, química em lugar de chimica, teatro, rinoceronte, mártir, em vez de theatro, rhinoceronte, martyr, etc.

2º) é científico, pois baseia na etimologia e segue rígido critério histórico. Por exemplo, rs(latim) ->ss (português): persicum-> pêssego.

3º) é sistemático no uso dos acentos gráficos. Por exemplo, o ditongo ói, quando aberto e tônico, é sempre acentuado: jibóia, eu apóio, etc.”

No entanto, essa história não se encerra em 1971. No final do século XXI, discutiu-se uma possível reforma que buscasse uma homogeneidade entre as regras ortográficas, envolvendo todos os países que falam a língua Portuguesa. Esse assunto foi alvo de muita discussão na imprensa, pretendia-se com ele estreitar a relação entre os países, possibilitando maior interação, além de uma maior simplificação das convenções que regem a ortografia da língua portuguesa, contando, por exemplo, com eliminação de acentos gráficos, hífen, dentre outras. No entanto, não se chegou a um acordo diante de tanta polêmica, sendo engavetadas as propostas em debate. Certamente essa última tentativa de reforma reflete o contexto da Globalização.

### **3.3. As contribuições teóricas para um processo de ensino-aprendizagem da ortografia**

Muitas são as contribuições teóricas para essa nova perspectiva de ensino da ortografia. A teoria genética contribuiu para a nova compreensão do processo de aquisição da escrita. Nesse processo, o aprendiz é o sujeito da aprendizagem. A partir de Piaget, pode-se dizer que a construção desse

conhecimento surge da necessidade de compreensão do mundo, em que ele se insere. Assim, aparecem indagações e possíveis respostas que se comprovam, ou não, segundo interação desse sujeito com o objeto de seu conhecimento. A criança, conforme já foi afirmado nesse capítulo, interage com o mundo da escrita, pois vive cercada por ela de todos os lados. Em uma sociedade letrada, a escrita tem historicamente um papel muito importante. Nessa perspectiva, o conhecimento objetivo aparece, conforme afirma TEBEROSKY (1986), como uma aquisição. Trata-se de um processo construtivo, em que o erro toma uma nova dimensão. Ele é considerado uma etapa de construção do conhecimento. Errar é ter levantado uma hipótese que não corresponde aos dados reais. Para chegar ao verdadeiro conhecimento do objeto, o aprendiz, de acordo com sua subjetividade, vai construindo e derrubando as possibilidades de respostas que ele levanta para seus questionamentos, assim ele o reconstitui.

“Um progresso no conhecimento não será obtido senão através de um conflito cognitivo, isto é quando a presença do objeto (no sentido mais amplo de objeto de conhecimento) não assimilável force o sujeito a modificar seus esquemas assimiladores, ou seja, a realizar um esforço de acomodação que tenda a incorporar o que resultava inassimilável (e que constitui, tecnicamente, uma perturbação) Da mesma maneira, porém que não é qualquer atividade que define a atividade intelectual, tampouco qualquer conflito é um conflito cognitivo

que permite um progresso no conhecimento. Há momentos particulares no desenvolvimento nos quais certos fatos antes ignorados se convertem em perturbações”.(FERREIRO, 1986, p.31)

Compreender o aprendiz como sujeito da aprendizagem é algo muito significativo, pois faz parte de uma nova postura dentro desse processo.

Destacam-se as contribuições da Psicolinguística. A partir de 1962, começa-se a compreender os processos de aquisição da língua oral na criança, o que representa uma mudança muito grande, pois a preocupação dos estudiosos anteriores se reduzia ao léxico, ou seja, ao seu vocabulário. No entanto, o uso da língua ultrapassa o uso do vocabulário, inclui, por exemplo, as regras sintáticas em que esse vocabulário é usado, o grupo de falantes que a usam, as implicações contextuais relacionadas a ela. Por isso, estudar aquisição da língua oral não pode ser um ato tão restrito.

Enquanto estudos anteriores tomavam como explicativas a tentativa de imitação dos pais pela criança e o reforço positivo dado por eles, busca-se a partir dessa década um outro tipo de compreensão desse fenômeno. A visão atual mostra que uma criança tenta compreender a natureza da linguagem, criando hipóteses de regras que comandam o uso da língua e experimentando-as e reconstruindo-as, em sua subjetividade, esse primeiro objeto de seu conhecimento lingüístico.

O erro passa a ser visto como um momento de construção. Perceber a aquisição da fala de maneira diferenciada também compõe um pressuposto significativo para a nova visão de alfabetização e antecede reflexões interessantes no que se refere às diferenciações entre as duas modalidades lingüísticas: fala e escrita, uma vez que isso possibilita um maior preparo para profissionais da área de Linguagem.

Outra contribuição interessante, a saber, é da Sociolingüística. Para essa, o erro não existe, mas sim a diferença. Existem falares diferentes de acordo com variações por região, classes e grupos sociais, idade, profissões, dentre outros. Não há no caso um grupo que fale mais corretamente que outro, uma vez que se estabelece a comunicação necessária. Ela fundamenta uma série de reflexões sobre a fala e a escrita, possibilitando uma melhor compreensão sobre como o sujeito as relaciona no processo ensino-aprendizagem.

Outros ramos da Lingüística também podem contribuir para uma maior entendimento do processo de aquisição da norma ortográfica como ocorre no caso da Fonética e da Fonologia, da Sintaxe, da Morfologia, da Semântica, da Pragmática e da Análise do Discurso. Suas contribuições são importantes, pois para se trabalhar com alfabetização, faz-se necessário mais do que saber ler e escrever. Compreender como o uso efetivo da língua se dá, tanto na modalidade falada quanto na escrita, é essencial para quem procura educar numa perspectiva do uso, viva e dinâmica. Ler e escrever, na sociedade atual, são necessidades básicas para a construção da verdadeira autonomia do sujeito, o que significa inclusão e humanização.

No campo da Didática, um outro elemento importante para o enriquecimento do professor é compreender na história da educação, como concepções diferentes de educação repercutem em práticas completamente diferentes. Dentro de uma concepção tradicional, os métodos utilizados na relação ensino-aprendizagem não tendem a considerar a criança como sujeito desse processo, pois quem ocupa esse papel é o professor que utiliza métodos que levam à memorização e não à reflexão. Somente dentro de concepções mais progressistas é que o processo ensino-aprendizagem se orienta por pressupostos que levem à interação do sujeito com o objeto numa perspectiva mais construtiva. No entanto, tudo isso se relaciona com uma visão de mundo que provoca uma prática educacional voltada para o ser humano, suas necessidades e seus interesses.

### **3.4. Buscando uma maior compreensão dos problemas ortográficos:**

#### **3.4.1. Ortografia e fonética**

A Fonética tem como objeto de estudo os sons da fala, preocupando-se com o mecanismo de sua reprodução. Ela “*procura descrever a fala das pessoas da maneira como ela ocorre nas mais variadas situações da vida*”.(Cagliari, 1999.42). Por isso, ela se torna um elemento tão importante no estudo da ortografia. Isso pode parecer incoerente, pois a ortografia é o estudo

da grafia das palavras. No entanto, um princípio básico da questão ortográfica reside na representação do som pela letra (sinal gráfico), apesar de a ortografia não oferecer, devido à complexidade da natureza representativa, da língua a noção exata de como as palavras são pronunciadas.

Como se sabe o sistema da escrita, na língua portuguesa, é alfabético: uma letra representa um segmento fonético, ou seja, pode-se afirmar que um sinal gráfico estabelece uma relação representativa em relação a um som (fonema). Mas o que são fonemas? *“Fonemas são as menores unidades sonoras, caracterizadas por um dado feixe de traços distintivos” (LEMLE, 1991, 18).* Quando inseridas num processo de alfabetização, uma pessoa leva algum tempo a chegar a essa conclusão e, em primeiro momento, pode lhe parecer que cada letra específica representa um som (fonema) unicamente.

Ao estudar este fenômeno da ortografia, a referida autora divide as relações entre letra e fonemas nos seguintes grupos:

- Uma letra representa apenas um fonema.

Exemplos: p- pata

t- tudo

b- bala

d- dado

f- faca



v- vaca

a- animal.

- Uma única letra representa sons diferentes, segundo sua posição na palavra,

Exemplos: s- sala, casa, rasgo.

m- mala, leme, campos.

n- nada, banana, ganso.

l- bola, calma, mal

- Um som pode ser representado por diferentes letras, segundo a posição que ocupa em uma palavra.

Exemplos: [ k ] - casa, pequeno

[ g ] – gato, guitarra

[ i ] - menino, pino.

[ R ] - caro, carta

- Um único som pode representar mais de uma letra, apesar de ocupar uma mesma posição em palavras diferentes.

Exemplos [ z ] – mesa, certeza, exemplo.

[ s ] - russo, ruço, cresça

[ u ] – céu, mel, fel.

Tais relações concorrem para que haja dificuldades de aprendizagem da ortografia. Dependendo do sujeito, que utiliza esse código, as dificuldades podem comprometer o domínio lingüístico devido à insegurança que muitas pessoas têm diante da ortografia, o que gera, na maioria das vezes, bloqueios que lhes impedem de escrever suas próprias idéias e de se tornar usuárias da língua escrita no cotidiano seja como leitoras, seja como escritoras.

### **3.4.2. Ortografia e sociolingüística.**

Um outro elemento que muito influencia na aquisição das convenções arbitrárias do sistema ortográfico da língua portuguesa são questões relacionadas aos diversos falares existentes no Brasil. O certo e o errado não existem, principalmente, em se falando em Lingüística. Existem, sim, falares diferentes que cumprem um mesmo fim, a comunicação.

“A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em ‘Língua Portuguesa’ está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades. Embora no Brasil haja relativa unidade lingüística e

apenas uma língua nacional, notam-se diferenças de pronúncias, de emprego de palavras, de morfologia e de construções sintáticas, as quais somente identificam os falantes de comunidades lingüísticas em diferentes regiões, como ainda se multiplicam em uma mesma comunidade de fala. Não existem portanto variedades fixas: em um mesmo espaço social convivem mescladas diferentes variedades lingüísticas, geralmente associadas a diferentes valores sociais. Mais ainda em uma sociedade como a brasileira, marcadas por intensa movimentação de pessoas e intercâmbio cultural constante, o que se identifica é um intenso fenômeno de mescla lingüística, isto é, em um mesmo espaço social convivem mescladas diferentes variedades lingüísticas, geralmente associadas a diferentes valores sociais.

O uso de uma ou outra forma de expressão depende, sobretudo, de fatores geográficos, socioeconômicos, de faixa etária, de gênero (sexo), da relação estabelecida de entre os falantes e do contexto de fala. A imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem subjacente às prescrições normativas da gramática escolar, dos manuais e mesmo dos programas de difusão da mídia sobre o que se deve e o que não se deve falar e escrever, não se sustenta na análise empírica dos usos da língua.”  
(BRASIL,1998, p.29)

No entanto, a sociedade e a escola, nela inserida, se apresentam muito preconceituosas em relação ao falar popular e às diversas variações

lingüística que se distanciam daquela tida como padrão. Esse fato torna ainda mais complexa a questão ortográfica. Para compreender muitos dos desvios apresentados, é preciso tomar o falar do aluno como objeto de estudo, que, muitas vezes, se apresenta como uma explicação para esse desvio. Se no início da palavra escola se tem a letra 'e', que não é pronunciada naturalmente com o som de [e], mas de [i], será muito natural que a criança ou estudante escreva a palavra utilizando a letra 'i'. Esse desvio, muitas vezes, é entendido como dificuldade de discriminação auditiva, mas o que ocorre de fato é uma transcrição do fonema que ele ouve por uma letra que, na maioria das vezes, representa esse som. Nesse caso, assim como em muitos outros, o problema não é de audição. Trata-se de uma hipótese levantada pelo aluno. Para ele se escreve essa palavra da mesma forma que se fala. Esse é apenas um exemplo das muitas situações em que o estudante depara com os desafios de ordem fonética, que se pautam por uma diferença (e não um erro como afirmam alguns) existente entre a variação lingüística usada por ele e o que se espera na norma culta.

A escola sempre se dedica a trabalhar com seus usuários a aquisição da norma culta escrita, desconsiderando, freqüentemente, a realidade lingüística do aluno e seu domínio, que na maioria das vezes se centra em pouquíssimos textos a que ele se vê exposto e na oralidade, que lhe é de domínio desde a infância. Principalmente nas classes populares, o uso da escrita, seja como leitor ou escritor se restringe a listas, a catálogo telefônico, a bulas de remédio, a contas, dentre outros. Raríssimas vezes o jornal, o livro ou os textos mais elaborados compõe o universo literário dessa parcela da população. O uso da

escrita é muito restrito. Já a fala é mais constante. Muitas vezes, pouco elaborada, conforme exemplifica Soares(1992), no livro “Linguagem e Escola, uma perspectiva social”, a partir de estudos de Bernstein (1979).

“Na classe média e no tipo de família que a caracteriza família centrada na pessoa – predominam formas de socialização que orientam significados para significados universalistas e que, portanto, levam à aquisição do código elaborado. Ao contrário, na classe trabalhadora e no tipo de família que a caracteriza - a família centrada na posição - predominam formas de socialização quem orientam para significados particularistas e que, portanto, levam à aquisição do código restrito”. (Soares, 1995, p.26).

Através de um código restrito ou elaborado, a criança compreende a língua falada e faz seu uso desde muito pequena, pois ela é o seu instrumento para a comunicação. Sua fala possui uma marca social, que expressa a todos o grupo a que ela pertence. Essa marca não é compreendida como uma expressão natural, mas como um erro. É muito comum se ouvir dizer que alguém fala errado, apesar dessa pessoa se comunicar bem, uma vez que sua oralidade se distancia muito do padrão culto idealizado como correto. No entanto, através da fala, ocorre a expressão dos desejos, dos sentimentos, das solicitações e de tudo o que se deseja comunicar. Como desenvolver o domínio lingüístico, desconsiderando a realidade do aluno e o desempenho que ele possui nessa área? Isso incorreria em deixar de perceber muitas das causas dos problemas

presentes na aquisição da norma escrita e no processo de letramento do sujeito.

Novos paradigmas apontam para a uma prática mais voltada para a construção do aluno a partir do que ele já organizou como conhecimento e de sua interação com mundo. Atualmente, novos horizontes se abrem e começa-se a perceber a necessidade de fazer um trabalho também, partindo da oralidade do aluno. Nas universidades, nos cursos de Letras muito se tem discutido sobre a diferenciação entre fala e escrita. Conforme afirma Kato (1998), compreende-se que há similaridades e diferenças formais entre fala e escrita, apesar de ambas serem representações de uma mesma gramática, elas se produzem em condições diferentes. Tais diferenciações têm explicações históricas, sociais e funcionais. Compreender tais diferenciações implica em poder analisar melhor o processo de ensino-aprendizagem da norma escrita.

A norma culta é rígida e tem, da mesma maneira que a ortografia, segundo Moraes(2.000), por função manter uma certa unidade lingüística, garantindo a comunicação entre povos de diversos tempos e espaços dentro do país. Outro dado a respeito da norma culta é que muitas crianças, somente, começam a ter acesso a ela diretamente, quando freqüentam a escola. Dominando o falar popular, seu texto é portador de uma linguagem oral, distanciado da norma culta, próprio da modalidade oral. Diante das complicações colocadas pela representação entre sons e fonemas, o problema com a ortografia, se associado à questão sociolingüística, torna-se mais compreensível. Além da

complexidade existente entre a representação dos sons há de encontrar o problema da diferenciação entre texto falado e texto escrito. Essas diferenciações são muito significativas. Enquanto na escrita, há um discurso planejado e elaborado, textos mais próximos das convenções arbitrárias, orações mais articuladas, na fala o discurso é espontâneo, os textos contam com outros tipos de regras que compõem o ideário da população, mas não estão colocados pelas gramáticas como correto, a pronúncia é muitas vezes distanciada da norma padrão.

Retomando as variações lingüísticas sociais, há ainda de se analisar que a oralidade que os alunos de classes populares trazem não é aquela de domínio da classe média, que de certa forma se aproxima da norma culta. Trata-se do já referido falar popular, apesar de que, muitas vezes, eles têm acesso através da tevê, do rádio de uma fala considerada hoje fala de prestígio, uma vez que é usada pelas tevês, rádios, etc.

“Essa realidade lingüística precisa ser bem entendida pela escola, para que ela não cometa injustiças para com alunos e comprometa o processo de educação a que se propõe. Por isso volto a insistir muitos dos ‘problemas da fala’ atribuídos à falta de ‘discriminação auditiva’, são de fato problemas de variação lingüística”.(Cagliari, 1997, p.85).

Muitos dos problemas ortográficos não se associam a uma má discriminação auditiva. Muito pelo contrário. Enquanto os educadores vêem a língua de um ponto de vista ideal, o aluno a percebe do ponto de vista do seu uso cotidiano. Muitas vezes, no uso, a pronúncia de uma palavra se vê muito distanciada da oralidade. Certamente o reflexo desses diferentes falares incidirá sobre o desenvolvimento da competência lingüística do aluno. É muito difícil para quem não domina a norma culta escrita e escreve como se fala, utilizar as arbitrariedades da convenção ortográficas. Inúmeras serão suas hipóteses, que se baseiam no fato de entender que falar e escrever são processos idênticos, o que não é. No entanto isso não recai somente sobre a ortografia, mas também em outros aspectos lingüísticos como a organização do texto a estruturação de períodos e orações, dentre outros, provocando, muitas vezes, problemas de coerência e coesão que chegam a comprometer o texto.

### 3.4.3. Ortografia e morfologia

Pode ser ressaltada uma relação existente entre ortografia e morfologia. A segunda estuda o signo lingüístico reduzido aos elementos mórficos (morfemas), que são a representação da menor seqüência de sons com significado. Normalmente, as gramáticas trazem como estudos morfológicos, a estrutura das palavras, seus processos de formação, a sua classificação e suas flexões.



Portanto, ao se falar em ortografia, é importante se remeter à formação do léxico da língua portuguesa. Em primeiro lugar, retoma-se a colocação feita por Cegala quanto às características do sistema ortográfico da língua portuguesa. Conforme ele afirma ele é científico, baseia-se na etimologia. Portanto, é interessante discutir as questões relacionadas à morfologia, uma vez que através dela se pode compreender como se dá a relação entre as palavras hoje utilizadas, sua história, sua formação e suas flexões, o que concorrerá para uma maior compreensão das regularidades ortográficas.

As palavras da língua portuguesa podem se dividir em dois grupos: os lexemas e os instrumentos gramaticais. Os lexemas são palavras que apresentam uma ou mais raízes, enquanto os instrumentos gramaticais não apresentam raiz, dentre os quais se incluem os artigos, as preposições, as conjunções, dentre outros. Dentre os lexemas, estão os substantivos, os adjetivos, os verbos e alguns advérbios.

É justamente em relação aos lexemas é que surgem as contribuições da morfologia para um trabalho mais significativo sobre a ortografia. A partir disso, torna-se válido o questionamento sobre como é formado o léxico da língua portuguesa? Palavras são formadas a todo o momento na língua portuguesa segundo necessidades lingüísticas dos falantes. A língua portuguesa apresenta diversos processos para a formação de novas palavras (mecanismos lingüísticos que permitem a formação de novas palavras), serão destacadas, neste sub-título, a derivação e a composição, que são os dois que mais podem contribuir no estudo da ortografia. Denomina-se processo de derivação aquele

em que se soma à base, seqüência fônica recorrente, a partir da qual se forma uma nova palavra, ou através da qual se constata que uma palavra é morfologicamente complexa (ROCHA 1998) afixos, morfemas utilizados na formação de novas palavras. Os afixos se dividem em prefixos e sufixos. Quanto ao outro processo, a composição, se dá através da justaposição ou da aglutinação de dois lexemas com raízes distintas, gerando-se assim uma nova palavra.

Por que retomar essas questões, ao se tomar as gramáticas de Rocha Lima(1968) e Cegalla(1984), exemplos do tipo de material em que se embasam os professores para o ensino da língua, percebe-se que as regras apontadas se organizam sempre em torno de questões morfológicas. Em ambos os casos, existem regras que se organizam em torno da raiz da palavra, do radical e dos afixos, destacando-se os sufixos. Denomina-se raiz *“o morfema comum a várias palavras de um mesmo grupo lexical, portador da significação básica desse grupo de palavras”*. (ROCHA, 1998, 102). A raiz sempre remete à origem etimológica da palavra e radical à parte da palavra que se faz presente em todas as formas que ela pode assumir depois de flexionada. Além dos processos de derivação e composição, pode-se destacar os estrangeirismos, uma vez que existem regras que explicam o uso de determinadas letras a partir importação de vocábulos de outras línguas. Para além das regras apontadas, há ainda a contribuição dos morfemas chamada desinências que cumprem a tarefa de oferecer informações gramaticais sobre o uso da palavra em questão. Por exemplo, os plurais de substantivos e adjetivos são feitos pelo acréscimo do “s”.

Lemle (1991), em seu guia teórico do alfabetizador, apresenta uma reflexão sobre a relação existente entre morfologia e ortografia, apresentando o seguinte quadro:

### **Identificação de afixos visando a fixação das**

#### **generalizações ortográficas:**

Afixo	Alternativa ortográfica fonologicamente plausível:	Exemplos
-eza	Esa	grandeza, beleza, moleza
-ês	Ez	português, francês
-ez	Ês	estupidez, gravidez
-iz	Is	atriz, bisettriz, aprendiz
-ção	Ssão	Inflação, formação, votação
-al	Au	sensacional, maternal
-ice	Isse	burrice, tolice
-agem	Ajem	bobagem, paisagem, lavagem
-izar	Isar	realizar, concretizar, socializar
-nça	Nsa	confiança, poupança, presença
-ncia	Nsia	importância, carência,
-des	Dis	frequência
-dis	Des	desfazer, desmentir
-extra-	Destra	dispersão, discussão, distorcer extraordinário, extradi8tar

**Fonte: Lemle (1991)**

A morfologia pode se apresentar como uma aliada do professor, ajudando-lhe a provocar reflexões que levem o aluno a perceber as regularidades ortográficas ligadas a ela, visto que muitas dessas regularidades se baseiam na estrutura da palavra.

### **3.5. Os desvios ortográficos mais comuns presentes nos textos escolares.**

Sabe-se que a palavra pela sua existência em si é um recurso mínimo em termos da função comunicativa da linguagem. Sua existência se dá dentro do texto. Muitos professores se queixam de um investimento muito grande em torno dos exercícios ortográficos, sem muitos resultados na produção de textos, apesar de obtê-los na realização da tarefa proposta. O fato é que, conforme vimos neste capítulo, muitos são os fatores lingüísticos que interferem nas dificuldades ortográficas dos alunos. É impossível vencer tais dificuldades sem compreender sua complexidade. Por isso, muitas vezes, as ações do professor se tornam inúteis, uma vez que a maioria dos exercícios propostos se voltam por demais para a busca de memorização e fixação de formas ortográficas, tratando-se de um trabalho fragmentado e repetitivo que desconsidera a ortografia como um dos aspectos de um texto.

Lemle (1991) toma os primeiros desvios ortográficos do alfabetizando que decorrem da incompletude do domínio das capacidades prévias à alfabetização. Nesse momento, segundo ela, a escrita se dá com falhas na correspondência linear entre as seqüências dos sons e as seqüências das letras, bem como do conhecimento inseguro do formato de cada letra ou da incapacidade de classificar algum traço distintivo do som ('rano' por ramo). Ainda, são apresentados os desvios originários da incompreensão da teoria de correspondência entre sons e letras ('matu' por mato). A escrita se dá como se fosse uma transcrição fonética da fala. Por fim, compreende-se a etapa de

correspondência entre som e letra ('açado' por assado). Nesse caso, os desvios se resumem na troca de letras concorrentes.

Para Lemle (1991), quando o aluno chega a essa fase, já completou seu processo de aquisição da língua escrita, pois esses problemas serão gradativamente resolvidos através da prática de leitura e produção de textos.

### TIPOS DE ERROS ORTOGRÁFICOS

Mudança lingüística	Representação lexical na mente dos falantes	Representação lexical na conversão Ortográfica
I > r / depois de consoante	Crube Afrição Prano	Clube Aflição Plano
r > ø / final de palavra	Fala Amô Trabaiadô	Falar Amor Trabalhador
L > i / entre duas vogais	Muié Trabaiadô Mio	Mulher Trabalhador Melhor
L > r / final de sílaba	Armoço Arma Fartava	Almoço Alma Faltava
I > ø / átono, diante de vogal	Salaro Operaro Rodoviara	Salário Operário Rodoviária
I > ø / final de palavra	Arraiá Pessoá Anzó	Arraial Pessoal Anzol
D > ø / depois de nasal	Falano Trabaiano Sínico	Falando Trabalhando Síndico
R > ø / depois de consoante	Dento Cadastro Pobrema	Dentro Cadastro Problema
S > ø / final de palavra	vinte minuto aquelas moça sabemo tivemo	vinte minutos aquelas moças sabemos tivemos
Ø > i / depois de consoante	Advogado	Advogado

final de sílaba	Adimito Atmosfera	Admito Atmosfera
I > u / final de sílaba	Sal Auto	Sal Alto
I > Ï / diante de ditongo iniciado por [i]	Getulho Olho	Getúlio Óleo

Fonte: Lemle (1991)

Cagliari (1997) amplia um pouco a análise dos desvios ortográficos dos textos, classificando-os das seguintes formas: transcrição fonética, uso indevido de letras, hipercorreção, modificação, segmentação de palavras, juntura intervocabular e segmentações, diferenciação na forma morfológica da palavra, estranheza no traçado da letra, uso indevido de letras maiúsculas e minúsculas, acento gráfico, problemas sintáticos e sinais de pontuação. É interessante perceber que ele se refere também a problemas ligados à morfologia, tendo em vista que por questões sociolingüística, muitas vezes um desvio se faz presente. Um exemplo que ele utiliza é o uso da palavra depois, que aparece na forma 'adipois', usada por uma criança de Aracaju. Outro elemento, por ele levantado, é a questão da troca, supressão ou acréscimo de letras independente da forma como se fala ('save' por sabe, 'macao' por 'macaco'). Retrata ainda a juntura intervocabular e segmentação que se associa à questão da fala, mas não ligada à idéia de representação do fonema, mas da pronúncia da frase ou da acentuação tônica presente nela ou na palavra ('eucazeicoéla' por eu casei com ela ou no caso de 'a gora' por agora). Torna-se interessante perceber ainda a hipercorreção, que representa hipóteses na tentativa de se aproximar da norma culta através da associação equivocada de uma regra a um determinado uso de letra('jogol' por jogou).

Atenta ainda para as questões de acentuação e pontuação. Sua descrição é bem detalhada, partindo de uma série de textos elaborados por crianças que ele apresenta anteriormente.

Ramos (1997) apresenta tais desvios de maneira sintética. Para isso, ela apresenta um quadro de levantamento demonstrado por Alvarenga et al (1989), revendo sua distribuição e agrupando-os segundo novos critérios:

### TIPOS DE ERROS

Tipos de erros	%	N.º
I. Desinência de gerúndio ( redução)	9,3	19/204
II. Sibilantes coronais (s intervocálico, s inicial; z intervocálico, /s/ pré-vocálico, /z/ diante de e, i	6,3	145/2297
III. Nasalidade ( grafia de m, n, ao, am, ã)	4,6	128/2771
IV. Sílabas travadas (r,s,l)	4,4	180/4112
V. Dígrafos (nh, rr,[ch,lh,gu,qu])	3,0	53/1751
VI. Ditongos	2,1	44/2065
VII. Alçamento de vogais [ troca de e por i]	0,9	13/1496
TOTAL		636/27298

Fonte: Alvarenga et al, 1989:15

A autora classifica os erros a partir de três critérios: erros decorrentes da identificação entre fonemas e letras (categoria VIII), erros decorrentes das idiossincrasias do código escrito (categorias II, III e V) e erros decorrentes da interferência do modo de pronunciar as palavras (categoria I, IV, VI e VII). A partir dessa classificação, ela propõe algumas atividades.

Qual o objetivo de se fazer a descrição de quadros de análise de erros ortográficos? Para se solucionar um problema, é preciso reconhecê-lo,

compreender o contexto em que ele se insere, os fatores que interferem na sua existência e conseguir observá-lo, podendo descrevê-lo. Acredita-se que essa é a maneira mais eficaz de buscar a solução para os problemas: antes de intervir, compreender o problema.

### **3.6. O tratamento dado aos problemas ortográficos.**

A ortografia é um elemento que se manifesta no texto, uma vez que a palavra é um elemento que o compõe. No ensino de primeiro grau e, às vezes para além dele, a ortografia se manifesta como um desafio a ser trabalhado. Maria da Conceição A Paiva, em uma pesquisa realizada na década de 80, demonstra que a ortografia se mostra como um problema maior para as crianças de classes populares, matriculadas em escolas públicas do que para as crianças de classe média, matriculada em escolas particulares.

A autora afirma que os problemas ortográficos se relacionam às arbitrariedades inerentes do sistema.

“A rivalidade entre letras, resultante da representação de um fone por mais de um símbolo gráfico constitui, conforme o previsto, dificuldades para qualquer aprendiz da língua escrita. Verificou-se, porém, que esse tipo de erro teve maior incidência entre os alunos de 5ª série da escola municipal do que entre os alunos de 3ª série de escola particular. No entanto, não se evidenciou diferença nos índices de erros de alunos de 3ª série de uma e outra escola. Tal constatação



nos leva a concluir que, no início de caminhada, os alunos se encontram em condições cognitivas básicas semelhantes, independente da variedade lingüística que falem e do grupo social a que pertençam. O tempo cava um poço entre os grupos”. (PAIVA, 1986, p.51).

Aluno de escolas públicas são, na sua maioria, de classes populares. No entanto, o trabalho pedagógico não considera as peculiaridades próprias da realidade desse grupo social. A norma padrão para a fala e para a escrita se encontram muito distanciada da oralidade presente na suas formas lingüísticas de comunicação. Sendo a ortografia um ramo de estudo tão ligado aos sons da fala, torna-se impossível ignorar tal dado. Mas isso ainda ocorre de maneira muito freqüente na realidade escolar.

A postura do professor na maioria dos casos é discriminatória, portanto impossibilita a compreensão do que os chamados erros ortográficos representam: hipóteses a cerca do sistema ortográfico, que o aluno ainda não domina, mas que pode vir a fazê-lo, a partir das intervenções do professor. Na maioria das vezes, falta a esse que seria o orientador do processo de aprendizagem, conhecer e refletir sobre qual é o grau de acesso desses estudantes à língua escrita. Esse é um papel que freqüentemente só a escola pode cumprir, uma vez que a leitura pelas pessoas dessa classe social se resume a necessidades funcionais conforme já foi citado neste capítulo. O livro, o jornal e qualquer outra forma de texto mais elaborado não fazem parte do seu

universo de leitura. Como então dar acesso ao domínio do sistema ortográfico da língua portuguesa?

Infelizmente, apesar das muitas inovações que se inserem na realidade escolar e das orientações pedagógicas fornecidas pelos órgãos competentes como as Secretarias e Ministério da Educação, muito ainda se tem de uma prática conservadora, ligada ao estudo da gramática numa perspectiva normativa. Não se percebe que a linguagem é vida, está inserida num contexto social, tem uma finalidade e envolve sujeitos que se comunicam e interagem. Nessa perspectiva, o estudo da ortografia, de forma normativa, através de exercícios repetitivos e de memorização não leva o aluno ao domínio do sistema ortográfico, mas isso ainda ocorre nas escolas públicas. Outra prática que muito se vê presente é o trabalho com ditados de palavras isoladas, sem se perceber que a plena realização da palavra se dá no texto, seja ele escrito ou oral. Ocorrem também ditados de textos, que perdem sua função de objeto de comunicação e leitura, sendo que muitas vezes, são ouvidos pelas crianças de maneira fragmentada sem lhes captarem os sentidos. No entanto, no discurso, há a compreensão de que a leitura e a escrita são fortes aliadas no ensino da ortografia.

Práticas tão conservadoras não contribuem para a formação de um sujeito autônomo, com bom desempenho lingüístico. Antes, geram inibição e o medo de escrever e falar em público. É muito comum ouvir pessoas afirmarem que não sabem português, que suas redações sempre foram marcadas de erros ortográficos, dentre outros. Afirmar que não sabe português é algo bem

contraditório, uma vez que é falante dessa língua e comunica-se através dela. O distanciamento entre a escola e a realidade lingüística das classes populares provocou por muitos anos altos índices de repetência e evasão na escola, considerando que dados estatísticos apontam para uma melhoria nesse sentido.

### **3.7. As novas tecnologias e a ortografia.**

Por outro lado, há um grupo que busca inovações, que provoca mudanças e constrói com seu fazer um novo rumo para a educação no Brasil. Dentre esses profissionais, percebe-se que há a busca de uma nova forma de se trabalhar as dificuldades ortográficas. Sua preocupação não se restringe ao discurso. Busca-se de fato dar acesso ao aluno à norma culta escrita. A leitura recebe um tratamento que ultrapassa a decodificação e passa pela construção do sentido. Dentre esse, o ludismo é um forte aliado como estratégia para que o aluno domine as convenções ortográficas. Os jogos são utilizados com freqüência nesse sentido. Outros incluem em sua prática o desenvolvimento de atividades investigativas que partam da observação a partir da forma de grafar as palavras pelo aluno, que o levem à comparação com a forma aceita pela norma culta, através do uso do dicionário, de recortes de revista e jornais, com acesso ao texto, para que a própria criança chegue a uma conclusão. Para orientar esse processo construtivo é importante que o educador se coloque como alguém que respeite o aluno em seu desenvolvimento e que conheça no mínimo os fatores que interferem nas dificuldades do trato com a ortografia.

Pesquisas apontam também as diversas possibilidades de se trabalhar com a ortografia, considerando-se a linguagem como forma de interação. São propostos trabalhos com ortografia, envolvendo textos escritos ou visuais em atividade que o papel mais importante não é o do exercício, mas dos dois sujeitos: um que constrói seu conhecimento e outro que orienta o processo dessa construção.

Compreender a natureza do desvio ortográfico é indispensável para uma intervenção segura por parte do professor. Outro dado importante no ensino da ortografia é a necessidade de percebê-la como elemento constitutivo do texto, que existe na realização textual da modalidade escrita. O uso dos computadores ressalta a necessidade do conhecimento do sistema ortográfico, apesar de aparentemente sugerir o contrário devido à possibilidade de uso do verificador ortográfico. Também ele, oferece mecanismos para uma ação que possibilite o uso de seus recursos para a construção de estratégias que contribuam para uma mediação mais significativa na construção do conhecimento. Nesse sentido, sua utilização no ensino da ortografia pode apresentar recursos pedagógicos eficientes.

#### **4. TECNOLOGIA - AS POSSIBILIDADES DE INTERAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO E SUA RELAÇÃO COM A ORTOGRAFIA.**

Conforme foi discutido no segundo capítulo, o momento atual se marca por uma mudança significativa de paradigmas, dentre as quais se destaca a agilidade do avanço tecnológico. Hoje, a informática se faz presente no cotidiano das pessoas. O homem moderno lida com tarefas desde as mais simples, como efetuar saques em caixas eletrônicos, até as mais complexas, como lidar com programas evoluídos. Essa constatação demonstra a necessidade de uma escola comprometida com a formação global do indivíduo, capaz de considerar os novos pressupostos que orientam a educação e que se justificam por estarem refletindo a realidade desse fim de milênio. Sendo assim, ela precisa contar com os recursos tecnológicos como o vídeo, os diversos tipos de projetores de imagem, aparelhos de som e a os computadores, como meios didáticos que possibilitam ao professor romper com práticas behavioristas que não contribuem para a formação do sujeito autônomo e capaz de enfrentar os desafios do mundo moderno. No processo educativo, a escola não pode se excluir da formação de cidadãos capazes de utilizar os diversos mecanismos de utilização da linguagem, nem ficar à margem dos avanços tecnológicos.

Para tanto, já não é mais cabível a velha prática do “cuspe e giz”. Torna-se necessário um novo direcionamento para sua ação. Os princípios, que reorientam

o fazer educacional, são pautados em teorias como aquelas apresentadas por Dewey, Piaget, Paulo Freire e Vigostky. Essa nova visão se contrapõe a educação tradicional através de uma perspectiva que considera o aluno como sujeito na construção do conhecimento, que se objetiva através do processo de interação entre o sujeito e o objeto de seu conhecimento, que se encontra envolvido num contexto maior. Esse sujeito do conhecimento vive numa comunidade que possui um contato intenso com as novas tecnologias. Esse dado deve ser considerado pela escola, nesse processo de redefinição do seu papel. É importante perceber que na sociedade atual, elas são responsáveis, por um grande volume de informações, que podem interessar mais ao estudante que aquilo que o espaço escolar pode oferecer. Por outro lado, a escola não pode negar essa vivência àqueles, que ainda não têm pleno acesso a essas novas tecnologias, como ocorre com boa parte da população de classes populares. Isso sem dúvida contribuiria para o processo de exclusão social que essas classes vêm sofrendo por muitos anos, com a qual, hoje, existe uma preocupação em romper.

A inclusão das novas tecnologias na estrutura educacional tem ganhado espaço, conforme demonstra um capítulo anterior, nas instituições educacionais e na visão dos educadores progressistas. No entanto, há ainda por parte dos professores alheamento ou resistência. Muito se discute sobre a real importância desses recursos na escola, outros se preocupam intensamente com a possibilidade de serem substituídos pela máquina, ou ainda com o uso individualizado dos computadores e a desumanização das relações e os possíveis efeitos disso.

Tais preocupações não expressam riscos reais. De fato, se a educação tomá-lo de maneira pouco reflexiva e sem um planejamento efetivo, descontextualizado de projetos pedagógicos realizados na escola, ele pode não contribuir de maneira significativa.

“Um dos aspectos considerados mais perigosos da chamada cultura tecnológica é a sua tendência para descontextualizar, a levar em consideração somente aqueles componentes dos problemas que têm uma solução técnica e a desconsiderar o impacto – nos indivíduos, na sociedade e no ambiente – provocado por ela. Uma das conseqüências mais imediatas desta perspectiva é a generalização da crença de que somente as máquinas (os instrumentos) de invenção mais recente são tecnologia; que a tecnologia desumaniza e que a melhor forma de lutar contra a tecnologia é não usar computadores e outros instrumentos que são novidade e que provocam medo em nós. A falta de conhecimento sobre os aspectos sociais, políticos e econômicos da tecnologia e o fato de vivermos em sociedade cada vez mais dominadas pelo ‘artificial’ confronta-nos dia-a-dia com inúmeros paradoxos.” (SANCHO, 1998, p.23).

No entanto, todas essas questões compõem uma visão de mundo. Os computadores se utilizados como, apenas, repassadores de informação não terão mais sucesso que a prática tradicional na escola. Seu uso deve possibilitar a interação e a construção do conhecimento numa perspectiva reflexiva, conforme Almeida (2000) aponta ao se remeter a Dewey:

“Dewey formulou uma filosofia educacional empírica que propôs a aplicação do método científico em situações de aprendizagem que se caracterizam por ‘continuum’ experiencial. Considerou a aquisição do saber como fruto da reconstrução da atividade humana a partir de um processo de reflexão sobre a experiência, continuamente repensada ou reconstruída. Toda experiência em desenvolvimento faz uso de experiências passadas e influi nas experiências futuras (Dewey, 1979: p. 17,26). O uso do método empírico foi proposto como uma dinâmica que envolve as seguintes etapas:

- ação: a experiência sobre um objeto físico;
- testagem: a reflexão que permite encontrar outros elementos ou objetos, fornecendo um meio para testar as hipóteses inicialmente levantadas;
- depuração: a comparação dos resultados obtidos com os resultados esperados, retornando à experiência de modo a depurar as idéias, corrigindo os possíveis erros ou confirmando as observações iniciais;



- generalização: a observação de novas experiências com o objetivo de transferir os resultados a outras situações”. (ALMEIDA, 2000: 49,50).

Associadas a esse pensamento de Dewey estão as idéias de Papert, quanto ao uso do computador. Tais idéias têm suas bases em outros estudos significativos como aqueles realizados por Piaget, Freire e Vigotsky. Para ele é importante o espírito de investigação, a compreensão da aprendizagem como um processo e, dentre outros, o envolvimento do aluno como sujeito da construção do conhecimento.

Hoje duas linhas se apresentam de maneira significativa para a Informática na educação. A primeira se relaciona ao ensino da Informática e da computação, chamada de instrucionista. A segunda tem por objetivo, segundo Almeida(2000: p.23),

“desenvolver o ensino de diferentes áreas do conhecimento por meio dos computadores - isto é, pelo ensino da informática. Nessa linha os computadores são empregados em diferentes níveis e modalidades, assumindo funções definidas, segundo a tendência educacional adotada.”

Trata-se da linha construcionista, assim denominada por Seymour Papert. Embora direcionada ao mesmo tema, elas se contradizem pela concepção de aprendizagem que cada uma encerra.

Em relação à primeira, pode-se afirmar que sua contribuição reside no estudo modular do conteúdo pautado pela teoria comportamentalista. Muitas experiências educacionais, conforme afirma Almeida visam o preparo do aluno para o uso da informática, criando freqüentemente uma nova disciplina no currículo. Outrora, o computador é usado como mais um modo de transmitir informações. As atividades são mecânicas e repetitivas, apesar da possibilidade de utilização de diversos tipos de jogos. Normalmente se apresenta uma única proposta, provocando um mesmo tipo de comportamento, o que desconsidera a subjetividade do aluno. Neste caso, ele é tomado de forma passiva. Assim, a figura do professor como detentor do saber é compatível com os softwares que fazem esse tipo de proposta. A tarefa desse profissional não exige muita preparação. Ele precisa apenas selecionar o software de acordo com o conteúdo programado e acompanhar os trabalhos do alunos. Sua principal função, nesse tipo de abordagem é instruir o aluno no uso do equipamento.

A linha construcionista se pauta por uma outra visão do processo de aprendizagem. O aluno é tomado numa perspectiva interacionista. Não é sua tarefa receber passivamente as informações, mas buscá-las de forma independente ou sob orientação do professor. O aluno é quem controla todo o seu processo de construção do conhecimento contando com o uso do computador. Um exemplo clássico desse tipo de abordagem é a linguagem Logo.

“Logo é uma linguagem de programação que foi desenvolvida no Massachusetts Institute of Technology(MIT), Boston E.U.<sup>a</sup>, pelo professor Seymour Papert ( Papert, 1980). Como linguagem de programação o Logo serve para nos comunicarmos com o computador. Entretanto, ela apresenta características especialmente elaboradas para implementar uma metodologia de ensino baseada no computador ( metodologia Logo) e para explorar aspectos do processo de aprendizagem. Assim, o logo tem duas raízes, uma computacional e a outra pedagógica. Do ponto de vista computacional, a características do Logo, que contribuem para que ele seja uma linguagem de programação de fácil assimilação: são a exploração de atividades espaciais, fácil terminologia e capacidade de criar novos termos ou procedimentos.”(VALENTE, 1993: 15)

Tal linguagem possibilita a construção do conhecimento nas diversas áreas. Seu aspecto pedagógico se fundamenta em Piaget, por se tratar de um espaço para a interação do aluno com o objeto do conhecimento e para a construção de conceitos. O erro nada mais é que um passo importante nessa construção por expressar as hipóteses levantadas pelos alunos. Através da linguagem Logo, o conhecimento se constrói a partir da ação e da reflexão(ação, testagem, depuração e generalização).

Nesse tipo de abordagem, o equipamento é uma ferramenta educacional e não uma máquina para se repassar informações. A tarefa do aluno é tutorar essa ferramenta, criando, lidando com noções de tempo e espaço,

pesquisando através de redes de comunicação à distância, podendo ele integrar tais informações a programas aplicativos. O aluno é tido como sujeito que conta com algumas pistas para organizar seu pensamento e para estabelecer relações entre fatos, informações e procedimentos. A tarefa do professor é mediar o processo ensino-aprendizagem, ajudando o aluno nas ações de interpretar e questionar, desafiando-o e provocando a reflexão nos trabalhos individuais ou coletivos.

Enquanto a linha instrucionista se inclui numa prática tradicional que forma o homem para heteronomia, a linha construcionista se dá numa perspectiva inovadora, interdisciplinar e práxica, formando para a autonomia.

Nessa concepção de uso do computador na aprendizagem não existe a proposta de eliminação do professor. Ele é um elemento muito importante, sua tarefa é redefinida: ele passa a ser o orientador dos processos de aprendizagem do educando, para a construção do conhecimento no espaço escolar. Nesse sentido, os projetos que envolvem a utilização da tecnologia precisam ter um caráter inovador, sendo a mesma tomada como um meio pedagógico, que propicie professores e alunos o alcance dos seus objetivos. Sua utilização deve criar condições para que o educando se envolva num processo de interação com outros sujeitos, bem como para uma maior capacidade reflexiva.

#### **4.1. Tecnologia e ortografia**

Não há na maioria das escolas, uma compreensão da complexidade das teorias interacionista, da necessidade de elaboração de estratégias que contribuam para um bom desenvolvimento dos estudantes. Há alunos que apresentam limitações nos seus desempenhos lingüísticos e cognitivos. Seria um avanço a percepção da informática como meio utilizável no desenvolvimento desses dois aspectos. Linguagem e cognição são elementos inteiramente interligados. A estimulação dessas competências é essencial para que haja uma formação global do indivíduo, gerando, assim, sua autonomia.

A primeira contribuição que os recursos tecnológicos têm a oferecer para a construção do conhecimento no espaço escolar é a mobilização do interesse do aluno. Crianças de classes populares raramente têm um computador em casa e o equipamento suscita a sua curiosidade. Além da curiosidade o computador tem para elas um aspecto lúdico. Independente da utilização de jogos, as crianças tomam o computador como se fosse um brinquedo. Principalmente quando inseridas numa escola com traços muito tradicionais, têm o trabalho na sala de computação como uma quebra do espaço frio em que ocorrem as aulas no seu cotidiano. No entanto, conforme analisa Valente (1993), o computador não pode ser utilizado apenas como uma velha máquina de escrever, incapaz de constituir-se como uma ferramenta, que leve ao desenvolvimento do educando através do raciocínio à construção do conhecimento. Além de outros recursos, alguns jogos podem contribuir para tal, apesar de muitas vezes envolver o usuário num espírito competitivo que o impeça de organizar os conhecimentos ou habilidades trabalhadas.

Compreender a importância dos jogos na sala de aula e seu desenvolvimento na vida do homem é compreender um pouco o desenvolvimento humano, conforme afirma Winnicot (1995).

Esse aspecto lúdico tem ocupado um espaço relevante no processo educacional. Isso ocorre principalmente nas séries iniciais do ensino fundamental, considerando-se os novos paradigmas. Dentre os quais se incluem os avanços tecnológicos e a riqueza dos mesmos ao constatar as possibilidades de sua exploração no campo do ludismo. Há muitos investimentos feitos em softwares de jogos, que permitem essa vivência lúdica.

Tais avanços tecnológicos têm impressionado a humanidade e sido motivo de discussão entre os experts no assunto. Associando o ludismo à educação e à informática, pode-se afirmar que hoje essa reflexão se faz necessária. O efeito sedutor que a informática produz desperta a curiosidade dos adolescentes. Na maioria das vezes, o teclado torna-se um brinquedo; os jogos de entretenimento tornam-se um sucesso. Os programas, que apresentam informações, como as enciclopédias e o acesso a Internet, tornam-se muito mais uma curiosidade do que uma necessidade. Tornam-se, portanto, recursos pedagógicos capazes de mobilizar o interesse dos referidos adolescentes.

Reafirma-se assim, a idéia de que a educação, por sua vez, precisa considerar que a informática tem assumido um papel importante no avanço da cultura neoliberal, representando uma forte aliada da globalização. As escolas recebem aparelhos tecnológicos e fazem um significativo investimento na organização de pequenos laboratórios de informática. No entanto, são poucas as experiências e as propostas em que os educadores se vêem envolvidos para

uma ação que utilizam esse recurso em suas estratégias de ensino. Entretanto, alguns estudiosos discutem essa questão.

Há sempre questionamentos sobre a contribuição desses recursos para a atualização de informações e, provavelmente, para maior desenvolvimento cognitivo do estudante. No entanto, muitas habilidades são trabalhadas através deles. As atividades de classificação, de ordenação, de comparação e de relação são muito desenvolvidas ao acessar alguns desses recursos. Se para Piaget, o desenvolvimento cognitivo é uma mola-mestra para o domínio da linguagem, parece correto afirmar que a utilização de recursos dessa natureza colabora com o desenvolvimento cognitivo e lingüístico, contando com táticas que ativem um processo de construção da aprendizagem e considerem a cognição e a linguagem.

A segunda contribuição se relaciona ao fato de o computador ser um equipamento que possibilita ao usuário diversos tipos de experiências de comunicação através de variados recursos: home page, sites, correio eletrônico ou e-mail, processador de textos, que viabiliza diversas atividades de criação, através da produção de textos, criação e inserção de imagens, dentre outros.

**“Home-page:** é uma página, ou páginas da Web, documentos que utilizam linguagem de hipertexto. Web é um sistema baseado em hipertextos, similares a páginas de revista, em que podem ocorrer textos, fotos, ilustrações, áudio, vídeo e até animação. Atualmente, existem mais de 20 milhões de páginas Web.

**Site:** é um lugar em que se tem acesso a informações, usando um computador e um programa de navegação.

**Correio eletrônico ou e-mail:** mensagens criadas, enviadas e lidas em computadores. O correio eletrônico normalmente envolve o envio de mensagens para outros usuários do mesmo tipo de rede.” (BRASIL, 1998: p.136)

Além desses, existe a já citada linguagem como o *Logo*, que permite ao educando a atividade de programação. Através dela, fica mais fácil a simulação de situações e ambientes não virtuais que tornam mais concretas as situações de aprendizagem e possibilitam o desenvolvimento criativo. A criatividade é um dos elementos essenciais para a construção do conhecimento. Ser capaz de criar é vivenciar a quebra daquilo que está posto como limite e a partir dele, apresentar algo novo. Para o desenvolvimento cognitivo, isso se torna muito importante, pois possibilita à criança o desenvolvimento da capacidade de levantar hipóteses, tê-las como verdade e, posteriormente, comprová-las ou não, chegando-se assim a uma conclusão pertinente diante da questão levantada.

A terceira contribuição a ser citada se instaura nas muitas possibilidades de interação que esse equipamento oferece. Através dele, a criança pode entrar em contato com diversos tipos de softwares educativos e ambientes de aprendizagem, dos quais alguns já foram citados, que podem ser utilizados pelo professor enquanto recursos didáticos. Tais recursos criam condições para que o alunos trabalhe a interação através da interpretação de textos de



maneira dinâmica, seja seguindo instruções ou através da leitura; de desenvolver o raciocínio e as habilidades de formatação e organização de um texto. Torna-se válido, ainda, ressaltar as diversas possibilidades de vivências estéticas que a tecnologia possibilita ao educando. Desde aspectos gráficos, até mesmo o acesso às diversas culturas através dos softwares de multimídia e informática, bem como por meio de visitas aos museus, de acesso às músicas, poemas, fotografias... via Internet.

**“Software:** os programas de computadores. Cada software pode conter um conjunto de programas e/ou diversos arquivos para funcionar. Quanto mais fácil de ser usado, maior será seu tamanho, necessitando, assim, de mais espaço tanto no disco rígido quanto na memória do tipo RAM.

**Internet:** é a rede das redes. Nasceu após uma experiência militar para conexão de computadores diferentes em várias partes do mundo, germinou na experiência de conexão de computadores de diversas universidades espalhadas pelo mundo. A Internet só foi possível após a criação de um protocolo de fácil manipulação e que poderia trafegar em qualquer equipamento de informática, o TCP-IP, de transfer control protocol-Internet, ou seja, protocolo de transferência.

**Rede:** o termo “rede” refere-se a dois ou mais computadores conectados com o objetivo de permitir que as pessoas se comuniquem e/ou compartilhem recursos”. (BRASIL, 1998: p.141).

“A hipermídia pedagógica se apresenta como uma nova mídia em evolução, oferecendo-se de uma maneira original para exprimir o pensamento, o modo de organização da informação e o modo de aprendizagem.

Nesse, cabe, inicialmente algumas considerações. O termo hipertexto criado por Theodore Nelson exprime a idéia de escrita/leitura não linear em um suporte informático, ou seja é a estruturação não linear da informação. A denominação hipermídia corresponde à mesma definição acrescida da possibilidade de armazenagem de diferentes mídias, dentre elas o texto, a imagem, o gráfico, o áudio, e o vídeo. Hipertexto e hipermídia compreendem sempre uma rede de informações, uma representação por carta (ou mapa), menus e modos de leitura e de navegação na rede. Já, o hiperdocumento é um hipertexto caracterizado pela sua dimensão e a hiperbase é uma ampla base de dados que dá suporte aos hiperdocumentos” (ULBRICHT, 200: p.1).

Além disso, existem os programas que possibilitam a criação de imagens, a montagem de trabalhos, utilizando efeitos visuais e sonoros, desenvolvendo, também, a criatividade, bem como a auto-estima positiva.

Também na área de linguagem essa contribuição pode ser muito significativa, tanto para o desenvolvimento da leitura quanto da escrita, modalidade em que se insere o ensino da ortografia. Através do texto se dá a comunicação, no uso da informática, desde os assistentes de textos e

softwares de ajuda, que orientam o usuário até a interação efetivada através da internet. Através da informática, ele experimenta o exercício da recepção e da produção do texto.

Através dos softwares processadores de texto, a informática tem se mostrado um forte aliado daqueles que encontram dificuldades em lidar com o sistema ortográfico. Ao digitar um texto, o programa recusa as palavras que apresentam desvios frente à convenção, apresentando diversas possibilidades de escolha conforme os dados armazenados em sua memória. Cabe ao sujeito selecionar a melhor opção e acessá-la. Tal fato consiste numa contribuição significativa, mas não dispensa o homem de conhecimentos básicos sobre ortografia, pois a escolha daquele vocábulo para ocupar o lugar daquele que se constitui em um desvio depende também de um conhecimento mínimo. Ele precisa estar atualizando a listagem, que armazena novas informações, segundo comandos do usuário.

Ao visitar um chat, por exemplo, o usuário depara com uma quantidade imensa de textos com presença de problemas ortográficos.

“Chat: quer dizer bate-papo. É um dos mais populares produtos oferecidos pelos serviços on-line. É preciso um software, um modem e uma linha telefônica para que se estabeleça a comunicação”.  
(BRASIL. 1998: p. 151).

No entanto é interessante perceber que essas salas que possibilitam a interação, quase direta entre dois sujeitos, de maneira particular, muitas vezes oferecem textos muito próximos da língua falada. Talvez isso ocorra devido ao

grau de informalidade presente nessa informação bem como a transitoriedade dos textos disponibilizados para o diálogo.

Se tomados os sites que dispõem informações mais duradouras, que manifestam um grau de maior formalidade e menos imediatos, percebe-se que aparecem problemas ortográficos, mas com menos frequência. A presença desses problemas, nesse tipo de site, demonstra que o problema ortográfico, raríssimas vezes, compromete o entendimento do texto e a interação. No entanto, expressam duas possibilidades de problemas lingüísticos: ou o produtor do texto desconhece particularidades do sistema ortográfico ou ele não valoriza a qualidade da apresentação lingüística de seu texto. Se o fato incorre pelo primeiro caso, demonstra que a escola tem falhado na formação lingüística. Apesar de essa falha não ser colocada entre as mais graves, desde que o sujeito consiga produzir um texto coerente e coeso e perceba a importância da linguagem, sentindo segurança frente a ela e criando possibilidades de se relacionar com as pessoas e com o mundo através dela. Mas se ocorre pelo segundo caso, é preciso trabalhar a consciência do educando, uma vez que os desvios dessa ordem podem não comprometer o texto, mas o desvalorizam, ocorrendo o mesmo com a imagem de seu escritor.

A informática é um espaço que possibilita, cada vez mais, a utilização da linguagem verbal e não verbal, destacando a língua escrita. Através dela se dá os exercícios da escrita e da leitura. O correio eletrônico e os chats são exemplos de espaços vivos de comunicação onde o sujeito trabalha a linguagem de maneira viva e engajados, ao contrário do que ocorre, na maioria das vezes, com o texto produzido na escola pelo aluno. Na escola, a produção

de texto freqüentemente se dá de maneira artificial, o leitor existente é o professor, que não tem o objetivo de interagir com os alunos, mas de avaliar sua escrita ou os conteúdos trabalhados. O aluno, por sua vez, não tem objetivo de comunicar o que diz, fá-lo segundo os objetivos de outro, no caso, o professor. Com isso, o texto perde sua função essencial: a comunicação. Já nos referidos espaços, isso se inverte, ou se comunica pela necessidade ou pelo desejo de interagir com outras pessoas de maneira prazerosa, escolhendo-se a hora, o espaço e o assunto. A língua escrita, nesse contexto tem mais significado que no anterior, e, certamente, levará uma maior aprendizagem. Se a escola conseguir utilizar desses recursos tecnológicos como recurso didático muito poderia ser feito em termos da reflexão sobre o uso lingüístico apontado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Quanto à leitura, há uma variedade de textos on-line, versando sobre os mais variados assuntos. Além disso, é interessante perceber como a hipermídia pode fornecer ao leitor uma rede de informações, cada vez maior, aumentando a sua capacidade de estabelecer sentido entre os diversos textos lidos. Quanto maior sua rede de informações, maior a sua capacidade de significação de um texto. Também a utilização de dicionários eletrônicos pode contribuir para a ampliação do vocabulário e para a melhor compreensão do texto. No entanto, não é somente ele capaz de contribuir para o desenvolvimento do vocabulário, mas todas atividades interativas, que possibilitem a leitura e o contato com um maior número de textos escritos, conseqüentemente, com um maior número de palavras, de idéias e de sujeitos.

Todas essas experiências podem contribuir significativamente para a construção ortográfica através do contato real da criança e do adolescente com a língua escrita. São oportunidades de vivenciá-la como leitor ou como escritor. Se um dos dados significativos sobre as dificuldades ortográficas é o pouco acesso à língua escrita, o computador é mais uma forma de contato com ela e, isso, certamente contribuirá para minimizar o referido problema. Nessa perspectiva, um outro recurso interessante é o software educativo de jogo. Os jogos têm sido muito utilizados pelos professores como estratégias para o ensino da ortografia. O mercado oferece uma série de materiais direcionados às questões lingüísticas, destacando-se entre elas a alfabetização e a ortografia. Trata-se de um dos recursos mais acessíveis à escola em termos da informática educativa. Muitas vezes têm apresentações simples, versados na memorização.

Cabe ao professor organizar uma proposta de trabalho que possibilite uma ação construtiva no sentido de se alcançar os seus objetivos. Mas, de maneira geral, a escola pública, principalmente, ainda se encontra muito distante da utilização da maioria desses recursos na sala de aula. O nível de informação do professor e o próprio interesse pela utilização desse recurso ainda são manifestações isoladas na prática, apesar de se discutir o uso da informática na sala de aula.

#### **4.2. O professor e as possibilidades de uso do computador na sala de aula.**

Conforme se afirma anteriormente nesse texto, a visão de mundo, de escola e de homem que a escola deve formar também interferem na relação que o professor estabelece com os recursos tecnológicos. Aqueles ligados a uma visão conservadora normalmente se pautam pela utilização do giz e da voz, proporcionando aos alunos as velhas aulas que acumulam informações, às vezes, importantes, mas dissociadas da realidade, portanto, pouco significativa para a vida do estudante. Outros guiados por visões mais progressistas buscam transformar a sala de aula em um espaço de vivência coletiva e reflexiva, onde são valorizados os recursos que possibilitam maior interação do grupo, bem como a maior interação com objeto estudado. Para eles, um filme, um disco, um exemplar de jornal ou revista são, dentre outros formas de interagir com a realidade que circunda a vida do estudante. São maneiras de possibilitar ao aluno trazer sua vivência para a sala de aula. Como os recursos tecnológicos constituem uma vivência nova na vida de alguns, torna-se válido ressaltar que apesar do contato com um mundo informatizado poucos educadores, que atuam, principalmente nas escolas públicas, têm um acesso pessoal à informática enquanto espaço de informação, conhecimento da realidade e interação. Apesar dessa realidade estar se modificando, a formação obtida pelo professor não oferece na maioria das vezes uma referência de como utilizar o computador na sala de aula. Embora existam políticas para a formação do professor numa perspectiva da informática educativa, poucas são experiências relatadas nesse sentido.

Conforme citado no capítulo anterior, as escolas públicas contam cada vez mais com o investimento das autoridades governamentais na aquisição de

equipamentos tecnológicos, na montagem de sala de computação e na formação dos educadores. Apesar de existirem propostas de uma intervenção educativa e esforços no sentido de conscientizar e preparar o professor para isso, não se vê um envolvimento dos profissionais da educação.

Torna-se importante perceber que a experiência do professor seja como estudante, seja como educador, sempre esteve distanciada da formação para o trabalho com a tecnologia. Hoje ele enfrenta desafios muito grandes relacionados à inovação da prática pedagógica. É sua tarefa criar um modelo novo de organização do tempo e do espaço escolar, sem ter tido antes uma referência nesse sentido. Dentre esses desafios, pode ser inserido o uso do computador.

A discussão e o uso efetivo desse recurso se encontra ainda num estágio inicial. Conforme afirma QUATIERO, várias áreas de trabalho se ocupam da discussão sobre a questão da informática na sala de aula, mas há pouco envolvimento dos pedagogos, aos quais poderiam se somar os educadores, uma vez que os programas de formação desenvolvidos pelo PROINFO, política de formação nesse sentido, ainda não conseguiu atingir a todos os professores.

Essa formação se faz importante, acredita-se que ela não pode se distanciar dos novos paradigmas educacionais a contribuição mais significativa que os recursos tecnológicos podem dar à educação escolar se centra na possibilidade de interação. Não faz muito sentido usar o computador como um recurso que possibilite a cópia, a repetição e a memorização em vez de usá-lo enquanto um recurso que possibilite aprender a aprender.



“Ao pensar a utilização da informática como recurso no processo de ensino e aprendizagem, é importante levar em conta três aspectos que determinam suas potencialidades e suas efetividades no espaço escolar: primeiro, verificar a validade da introdução da informática na escola; segundo, estudar com os professores, objetivos, os métodos e os conteúdos de tais experiências e os métodos de avaliação de sua eficiência; terceiro, proporcionar aos professores a capacitação técnica elementar sem querer formar especialistas. Pois uma situação de aprendizagem compreende diversos atores: os alunos e alunas e as atividades que estão efetuando, o professor e o papel que deve representar, o sistema informático e o lugar destinado a ele. Isto é, uma interação entre indivíduos e instrumentos escolhidos e definidos para preencher uma função específica: permitir que os alunos aprendam”.(Quatheiro,1999, p. 73)

Assim, o professor poderá ter subsídios para uma atuação que atenda ao desafio colocado para ele a partir das necessidades concretas impostas pelos novos paradigmas. Com isso, ele contará com mais um recurso para a transformação das práticas pedagógicas no interior da escola, seja como uma vivência nova para ele ou como mais uma possibilidade no seu processo de construção enquanto profissional dentro dessa nova ótica. De qualquer forma, sua atuação se constituirá enquanto referência para trabalhos de outros.

No entanto, não basta o investimento na formação do professor, é preciso também políticas públicas de investimento no equipamento tecnológico. Porém, a própria postura dos profissionais e da escola frente aos recursos já existente não motivam ou demonstram a necessidade de ampliação desse material, uma vez que poucos são os projetos pedagógicos desenvolvidos, sendo que se trabalha muito mais com a informática em termos instrumentais que educacionais. No entanto, existem investimentos nesse sentido.

Determinadas situações demonstram experiências bem sucedidas, outras relatam limites nessa ação do professor. Publicações dirigidas aos professores tem demonstrado que a não organização de projetos, com objetivos e passos bem definidos, criam problemas para o desenvolvimento do trabalho. Esse tipo de circunstância pode ser exemplificado, com situações onde o educando, acessa a internet e, durante a aula, navega desordenadamente. Tais publicações divulgam também artigos em que o efeito do trabalho proposto é positivo, apresentando projetos inovadores. Ambas as situações são apresentadas a partir de depoimentos de professores, pais e alunos.

Além da importância da informática para a sociedade e para a formação do aluno, é interessante perceber que ela possibilita ao homem um acesso a variadas informações. Dessa maneira, de forma autônoma, ele seleciona sua área de interesse e estabelece suas relações. Mas não se pode também esquecer que a escola tem uma rica contribuição no sentido da humanização, através do desenvolvimento de habilidades de atitudes, de normas e valores, bem como é sua tarefa nesse mundo moderno contribuir para a sistematização de todo o conhecimento e informação a que o homem está mergulhado,

possibilitando reflexão, a organização do pensamento e a conclusão. Nessa perspectiva a escola não pode se esquecer que ela é formadora de um indivíduo, capaz de viver coletivamente, exercendo cidadania e vencendo as contradições do cotidiano.

Logo, os recursos tecnológicos não são substitutos do espaço escolar, e sim, um mecanismo de interação e informação, pois a ela cabe a tarefa de educar. Isso implica numa concepção de escola, que toma o homem em sua totalidade, não seria suficiente ensinar a escrever corretamente as palavras, produzir e ler textos, desenvolver o pensamento matemático e repassar conteúdos. Educar, ao contrário do que propunham os paradigmas tradicionais, é muito mais do que repassar informações e controlar o comportamento das pessoas, é possibilitar a liberdade para a construção do conhecimento através da interação entre seres que possuem valores éticos, políticos e estéticos.

## **5. SOFTWARES EDUCATIVOS QUE CONTRIBUAM PARA O ENSINO DA ORTOGRAFIA, CONSIDERANDO OS NOVOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS.**

O primeiro capítulo do presente texto demonstra a presença de recursos tecnológicos no espaço escolar é um dado real. No entanto, são pouquíssimo utilizados devido a pouca formação do professor nesse sentido. Os laboratórios de informática, normalmente, contam com todo um equipamento de hardware e com softwares importantes para o funcionamento da máquina, mas com poucos softwares classificados educativos. Os professores têm pouco acesso a esse tipo de material. Relacionando o acesso a softwares ao acesso aos livros didáticos, percebe-se toda uma movimentação dos órgãos administrativos da educação para a escolha dos últimos, contando inclusive com comerciais da televisão, mas é difícil conseguir uma informação sobre que tipo de software faz parte dos acervos das escolas. Normalmente, há uma escassez de informações sobre esse tipo de material no ensino público.

### **5.1. Softwares educacionais e ensino da ortografia**

Esse trabalho não tem como pretensão analisar os softwares existentes ligados a ortografia. No entanto, será feita uma abordagem citando e descrevendo de maneira objetiva alguns que podem ser acessíveis aos professores, considerando o fato de serem os mesmos divulgados pela

Internet. Após realizada a consulta à diversos sites, foram selecionados dois deles para uma seleção de softwares a ser apresentada.

Através de software Internet, pode-se acessar o site: <http://www.educacional.com.br/> pode-se encontrar uma diversidade de links a partir da apresentação resumida de outros sites que viabilizam atividades, leitura ou exercícios em torno da ortografia, abordando diversos tipos de dificuldades encontradas no dia-a-dia. Dentre 60 sugestões de trabalho com Português, destacam-se 17 voltadas para os problemas ortográficos. Acessando eles, os professores terão informações, que se bem organizadas dentro de projetos mais amplos podem ser utilizados com a fonte de pesquisa para os educadores. É interessante ressaltar o caráter descritivo presente nos sites. Não são espaços em que o usuário possa fazer um exercício de construção do conhecimento, mas informar-se sobre as convenções ortográfica. Numa perspectiva construtivista, é necessário criar estratégias para que o aluno tenha uma atitude investigativa, podendo levantar, hipóteses, testá-las e concluir, a partir de algumas referências. Esses podem funcionar como tais referências. No entanto, isso pouco acrescentaria, uma vez que as gramáticas oferecem esse tipo de informação.

Outros tipos de softwares, citados no referido site, são os comerciáveis, dentre os quais serão descritos dois. O 'Ortografando' da empresa Byte & Brother Informática e Tecnologia Ltda, é dirigido às crianças entre 6 e 10 anos. Trata-se de um jogo que apresenta 4 níveis de dificuldades. É selecionada uma lista de palavras, classificadas pelos critérios de discriminação auditiva, visual e principais dificuldades ortográficas. Apresenta a possibilidade de inclusão de

novas palavras. Possui diversos jogos. Outro exemplo, que pode ser apresentado aqui é o “Criança fácil”, que consiste de um editor de textos, com painel de comando simplificado e com ícones bem divertidos e bem próximo de um editor de textos comum.

Outro site consultado, usado como exemplo para demonstrar como os softwares presentes no mercado tratam a questão da ortografia é o <http://www.fac.ufmg.br/catedra/nsladesofwares.html>.

São apresentados diversos softwares direcionados ao desenvolvimento lingüístico, destacando-se o já referido Ortografando e uma outra versão do mesmo. Essa nova versão apresenta uma viagem espacial, explora as palavras sem a utilização de um texto. Podem se destacar ainda os softwares como “Quero aprender Português”, o qual explora aspectos morfológicos e “Chico Bento em um dia na roça”, que explora a escrita e oralidade de maneira contextualizada.

Observando o material citado, percebe-se uma tendência a trabalhar com a palavra distanciada do texto. Apesar da apresentação objetiva dos exemplos do mesmo, pode-se afirmar que a maioria dos softwares, relacionados ao ensino da ortografia, peca quanto ao aspecto pedagógico, por isso o professor deve ser criterioso em sua escolha, considerando a concepção que o mesmo tem de educação.

## **5.2. Softwares: a ampliação dos recursos didáticos na sala de aula.**

À medida que as tecnologias evoluem, aumentam os recursos didáticos a serem trabalhados na sala de aula. Do mimeógrafo ao uso do computador a escola muito ampliou a qualidade de suas intervenções. Antes, um texto a ser lido pelo aluno, que não fizesse parte do livro didático adotado, era escrito no quadro ou rodado no mimeógrafo. Hoje, as máquinas de xerox, bem como os computadores dinamizam esse acesso a uma diversidade de textos, de imagens, de jogos, etc.

Existe uma diversidade de softwares que podem ser utilizados na educação, considerando-se os objetivos pedagógicos de quem os utiliza. Dentre eles, podem ser citados os seguintes: tutorias, programação, aplicativos, exercícios e práticas, multimídia e internet, simulação, modelagem e jogos.

- Tutoriais: transmitem informações pedagogicamente organizadas, numa seqüência pedagógica particular, que permite ao educando, selecionar a informação desejada.
- Exercícios e Práticas: apresentam lições ou exercícios a serem executadas pelo usuário, cujas respostas são conferidas pelo computador.
- Programação: permitem a criação de protótipos de programas, pelo próprio usuário, sem exigir muitos conhecimentos avançados em termos de programação.

- Aplicativos: softwares voltados para aplicações específicas, como processadores de texto, planilhas eletrônicas e gerenciadores de bancos de dados.
- Multimídia e internet: o uso de multimídia se dá de duas maneiras. O uso daquela que está pronta, a qual se assemelha ao software tutorial e a segunda, que permite ao educando, em diferentes programas construir um sistema de multimídias. Esse processo exige um processo de reflexão, ação, reflexão, para representar a informação de forma coerente.
- Simulação e modelagem: constituem o ponto forte do computador por possibilitar a vivência de diversas situações que podem ser produzidas em sala de aula. A simulação não exige que o aprendiz desenvolva suas hipóteses, teste-as e analise os resultados como na simulação aberta. Na modelagem, o modelo do fenômeno é criado pelo usuário e assemelha-se à programação.
- Jogos: desafiam o educando e motivam, envolvendo-o em uma competição com a máquina e ou colegas.

Todos esses softwares podem ser usados numa perspectiva educacional. Muitas vezes um mesmo programa utiliza mais de uma das modalidades



acima. Pode-se citar, neste caso, o “Ortografando II”, que apresenta como interface o tutorial e conta com o recurso de formatação. Hoje, faz-se necessário um investimento maior por parte das instituições administrativas na pesquisa e na criação de softwares que sirvam como referências para que o professor compreenda melhor o uso dos computadores na sala de aula. Não basta organizar cursos e facilitadores que os divulguem na escola, é necessário oferecer subsídios que o levem a uma ação inicial, capaz de possibilitar-lhe viver experiências iniciais com esse equipamento na sala de aula, para que possa ele mesmo, a partir delas, organizar e criar suas propostas para atender as demandas que ele tem nas mãos.

### **5.3. O professor e a utilização do software:**

Cabe ao professor tomar conhecimento dos softwares de possível acesso na escola e no mercado. Também se faz necessário que se conheça cada softwares antes que o eleja para seus trabalhos. Assim ele poderá usá-lo de acordo com seus objetivos e considerando as características do processo de desenvolvimento dos usuários, no caso seu aluno, fazendo assim uma intervenção coerente com sua proposta de trabalho e com as necessidades dele.

“Para que o professor possa propor boas situações de aprendizagem utilizando os computadores é fundamental conhecer os softwares que pretende utilizar para problematizar conteúdos curriculares; por isso,

cada software deve ser explorado pelos professores, o objetivo de identificar as possibilidades de trabalho pedagógico. Atualmente vários tipos de softwares, mas vale lembrar que constantemente estão surgindo novos e novas versões dos já existentes, que oferecem recursos mais sofisticados e outras possibilidades de trabalho e de comunicação”.(PCN, 1998, p.151)

Uma outra preocupação que o professor precisa ter ao selecionar um software é analisá-lo, avaliando se sua proposta é coerente com as concepções de aprendizagem que movem seu fazer pedagógico. Dessa maneira, o computador funciona como uma ferramenta pedagógica, que vem contribuir com o trabalho do professor, possibilitando-lhe uma maior capacidade alcance dos objetivos. Dessa forma os computadores estarão a serviço do professor e não sendo usado simplesmente como modismo, segundo o que o mercado oferece, sem considerar, às vezes, as questões pedagógicas.

Seria interessante que o próprio professor pudesse construir os softwares que atenderiam aos seus alunos. No entanto, isso requer habilidade e domínio desse tipo de tecnologia, bem como recursos financeiros. A cultura educacional ainda engatinha se for considerado o tempo recente em que os recursos tecnológicos mais avançados se inserem no currículo. Quiçá, futuramente, essa não seja uma prática simples do cotidiano escolar? Certamente, ela aumentaria a qualidade da utilização desses recursos na

escola, uma vez que atenderia, a partir de processos avaliativos, as exigências do grupo de usuário em questão: professor e alunos envolvidos.

No entanto, hoje se espera menos que isso do educador. O importante é que ele considere alguns aspectos no momento da escolha do software que ele utilizará como recurso pedagógico. Dentre eles podem ser citados:

- O programa apresenta alguma relevância para o currículo;
- O programa apresenta clareza quanto aos objetivos;
- O programa fornece “feedback” aos alunos;
- O programa permite modificações a fim de atender às necessidades individuais dos alunos;
- O programa é flexível quanta à utilização individual ou coletiva;
- O programa possibilita diversas formas de interação (visual, auditiva, verbal...).

Faz-se necessário, considerar aspectos técnicos como: instalação e desinstalação, possibilidades de interatividade, compatibilidades com hardware. Ainda se torna importante avaliar os aspectos pedagógicos como:

- Possibilidade de ação, reflexão e ação.
- A percepção do erro como hipótese passível de comparação entre essa e a referência de acerto, seguida de conclusão.
- A interação com o objeto do conhecimento.
- A possibilidade de auto-avaliação.
- A valorização da produção.
- A diversidade de caminhos para se chegar a solução dos problemas.
- Motivação para o acesso a outras fontes de pesquisa.
- Apresentação de variados níveis de complexidade.

Consideradas tais características, cabe ao professor organizar a proposta de trabalho de acordo com os objetivos e a realidade do aluno.

#### **5.4. Propostas para criação de um software educativo a ser utilizado no ensino da ortografia.**

Conforme citado acima, não se pretende aqui analisar softwares, mas torna-se interessante constatar que boa parte dos softwares que trabalham a ortografia se organiza em torno de jogos de palavras, o que significa uma boa contribuição para a aprendizagem por considerar a importância do ludismo para o desenvolvimento das crianças. No entanto, conforme afirma Valente (1993), eles podem representar um risco no processo educativo, pois considera que o usuário pode se envolver no jogo sem se comprometer com a atividade pedagógica.

A criação de um software educativo deve considerar alguns dados a partir dos estudos realizados nos capítulos anteriores. Um software deve permitir que alunos e professores se sintam mobilizados para o processo-ensino aprendizagem, sendo interessante que sua apresentação visual tenha uma organização estética interessante. Além disso, deve permitir a construção do conhecimento a partir da reflexão, possibilitando a interação do aluno com o objeto de seu conhecimento, no caso a ortografia.

A novas concepções de linguagem e aprendizagem propõem uma dinâmica mais profunda no ensino da ortografia. Acredita-se que algumas das convenções ortográficas serão memorizadas e, diante de dúvidas, no ato de escrever, o grande aliado do professor é o dicionário. No entanto, algumas delas podem ser observadas, percebendo-se algumas regularidades no uso de tais convenções. A partir de tais regularidades, o ensino da ortografia pode ter um caráter investigativo, condizente com as teorias que consideram o processo de ensino e aprendizagem como um processo de construção. Um outro dado

interessante a considerar é a concepção de linguagem que orientaria os estudos da ortografia, uma vez que a ortografia compõe o universo lingüístico.

Para tal reflexão, pode-se tomar como referência o seguinte fragmento do texto de Cardoso:

“Tomam o texto como o ponto de partida e de chegada de todo o processo ensino /aprendizagem e, com essa tomada de posição esperam que se possa de fato reverter à situação catastrófica em que se encontra o ensino da língua materna em nossas escolas”.

Estamos convencidos de que a dificuldade que a escola tem de alfabetizar e garantir o uso eficaz da linguagem em todos os níveis é, sim, decorrente de concepções equivocadas sobre língua, linguagem e ensino da língua. Uma mudança de conteúdos nas escolas de ensino fundamental e médio deve acontecer somente quando finalmente modificarmos nossa concepção de linguagem e de ensino aprendizagem; quando conseguirmos entender que a linguagem é um modo de produção social, envolvendo interlocutores e contexto e que a sala de aula é um lugar privilegiado dessa produção. Que somente se aprende língua produzindo textos e discursos”. (CARDOSO, 1997, p.9 -11).

A autora não aponta como problema uma metodologia, mas uma postura do professor frente à concepção de linguagem que norteia o seu trabalho. Nesse sentido, o texto é claro é justamente o exercício de produção de textos escritos que pode contribuir para o desenvolvimento da competência para escrever.

Também Jânia Ramos, abordando a estreita relação existente entre os problemas ortográficos, bem como de outros aspectos formais, e a oralidade. A autora parte do princípio de que uma proposta de trabalho eficaz como alternativas para os problemas lingüísticos relacionados à produção do texto escrito precisa partir do texto falado. Para esta autora, o professor precisa, ainda, perceber que a reavaliação da língua falada, em si, consiste no reconhecimento da mesma como objeto de análise que traduz diferentes momentos do processo de construção de texto, o que deve levar o aluno a conceber o texto falado ou escrito como produto de *“reestruturação, múltiplas revisões, hesitações e refazimentos em diferentes níveis (lexical, ortográfico, sintático, morfológico, semântico e discursivo)”*.

Tudo isso representa uma dificuldade para os alunos de classes populares o que expressa um grande problema enfrentado pela escola, a dificuldade de domínio lingüístico por parte das crianças de classes populares. Nesse sentido o texto estudado (Ramos) faz a seguinte consideração:

“Quanto se considera uma situação de ensino de língua, essas crenças podem acarretar dificuldades. Consideremos inicialmente a situação de uma criança analfabeta usuária do dialeto não-padrão no estilo coloquial. Ao ser alfabetizada, deverá num só passo redigir textos no dialeto padrão e ainda em estilo formal. Para essa criança, portanto, aprender a escrita, significa dominar ao mesmo tempo, outro dialeto, outro estilo e ainda outra modalidade. Sem dúvida, o passo

que terá de se dar será bem maior do que aquele a ser dado por uma criança que já domina o dialeto padrão”.(Ramos, 199, p. 8-9).

Ao se estudar o problema da ortografia no capítulo anterior, discutem-se a inter-relação entre Fonologia, Sociolingüística e Ortografia, apontando alguns desvios ortográficos como consequência dessa relação. No entanto, poucos materiais pedagógicos que façam essas considerações são vistos.

As reflexões, feitas a partir do texto de Cardoso e de Ramos, demonstram que o trabalho com a ortografia reside na necessidade do domínio da língua escrita. A partir disso, define-se que trabalhar com ortografia é necessariamente trabalhar com as manifestações dessa modalidade de uso lingüístico que é a escrita. Os Parâmetros Nacionais Curriculares também demonstram isso a partir do momento que têm como o eixo o uso e a reflexão sobre os textos escritos e falados. Nesse sentido as propostas feitas para a realização de softwares educativos com ênfase na ortografia terão como eixo o texto e não palavras isoladas.

Outro dado teórico, a ser considerado na organização da proposta dos referidos softwares educativos, reside nas informações presentes no capítulo anterior relacionados à fonologia e à morfossintaxe. Os diversos tipos de correlação entre fonemas e letras, bem como a estruturação das palavras, levando-se em conta seus radicais, prefixos/sufixos e desinências serão elementos essenciais para o planejamento pedagógico para a criação dos softwares, considerando-se as possibilidades de uma atitude investigativa em torno das regularidades presentes no sistema ortográfico.



A concepção de aprendizagem que motivará a organização do trabalho se baseia na idéia de que o conhecimento é construído pelo sujeito da aprendizagem na interação com o seu objeto de conhecimento. Por isso, todas as atividades para eles propostas deverão possibilitar a interação do sujeito com outros sujeitos através de textos, abordando determinados assuntos, que poderão estar linkados a outros, criando-se uma relação intertextual que possibilite ao usuário um maior contato com uma diversidade de textos escritos. O recurso de utilização dos links se extrapola para o uso da internet, possibilitando a utilização de ambientes como sites de jornais, revistas, bibliotecas, museus e outros que se tornarem interessantes.

Outro recurso usado será a utilização de mensagens faladas pelo próprio aluno e gravadas para posteriormente serem transpostas para a modalidade escrita da língua. A partir da escrita, com o uso do recurso de correção de texto, oferecido pelo computador, o aluno perceberia os possíveis desvios cometidos por ele. Dessa maneira o usuário estaria estabelecendo relações entre fala e escrita, criando hipóteses sobre as representações gráficas da fala e fazendo suas conclusões, chegando-se às regularidades próprias do sistema ortográfico.

Abordando ainda a questão da diferenciação entre a essência da fala e da escrita, pode-se afirmar que os chats teriam uma contribuição significativa a dar. Conforme se afirma em um dos capítulos anteriores, os chats veiculam uma escrita um tanto quanto informal e próxima da fala. Seria possível, a partir da mediação de um tutorial, estabelecer um processo de comparação entre

esse texto e a sua representação numa modalidade culta formal, o que levaria o educando a trabalhar a grafia correta de termos utilizados.

Os recursos de multimídia, assim como os jogos, teriam um valor significativo no sentido de mobilizar o interesse do usuário. Quanto aos jogos ultrapassariam esses limites possibilitando o exercício do raciocínio do aluno de maneira prazerosa. Esses jogos podem explorar os casos de regularidades que instalam entre aquelas que mais provocam dúvidas. Além disso, poderão ser aplicados, segundo a necessidade do usuário. Neste caso a figura do professor como mediador do conhecimento se torna essencial, uma vez que sua tarefa é avaliar, diagnosticando as dificuldades do aluno e comunicar com ele, possibilitando-lhe o acesso aos jogos que condizem com sua necessidade.

### **5.5. Pistas para a organização de um projeto para a criação de um software educativo com vistas ao ensino da ortografia.**

Com base nas leituras e reflexões apresentadas neste texto, serão apresentadas a partir de agora um projeto pedagógico para a criação de um software educativo para o ensino da ortografia. Não se pretende discutir a relação custo benefício nem tampouco a infraestrutura necessária para se produzir este material. Considera-se, sim, a necessidade de investimento para que as escolas brasileiras contem com tais recursos o que tornaria viável a utilização desse material. A pretensão é apresentar algumas possíveis estratégias para a utilização do computador na sala de aula, a partir de um

software educativo, que sirva de referência para que os professores construam suas próprias estratégias, a partir dos recursos que o equipamento oferece, através de softwares como tutoriais, multimídia, internet, jogos, dentre outros.

### **5.5.1. Título: Amigo escritor.**

Tema: Ortografia: o desafio do jovem escritor.

Objetivo geral:

- Oferecer estratégias diversas para a construção do domínio do sistema ortográfico da língua portuguesa numa concepção construtivista, considerando-se as possíveis causas dos problemas ortográficos, que sirvam como referência para que professores criem suas próprias estratégias de intervenção diante de tais dificuldades, utilizando o computador.

Objetivos específicos:

- Possibilitar ao usuário a interação com diversos tipos de textos, através da internet e de links inseridos no próprio software e o exercício da produção de texto.
- Instigar dúvidas, antes do acesso ao corretor de textos, quanto à grafia correta das palavras a partir de um assistente de texto.

- Criar ambientes de interação, incluindo jogos, que possibilitem a comparação e conclusão mediante as hipóteses apresentadas.

Público alvo: alunos que apresentam dificuldades no domínio do sistema ortográfico da língua portuguesa.

Desenvolvimento:

- Apresentação inicial do programa,
- Motivação para o usuário acessar uma das alternativas para o estudo da ortografia.
  - Primeira estratégia:
    - Apresentação de uma série de temas que interessem ao usuário (Deverão ser oferecidas opções para crianças, adolescentes e jovens, considerando-se os assuntos que lhes mobilizem o interesse).
    - Ao selecionar uma das opções, será acessada uma página, possibilitando a visualização de fotos, reportagens, músicas e poesias sobre o tema (através de links com acesso a um banco de texto do próprio programa ou com acesso à internet).

- A partir dessas leituras, o usuário cumprirá a tarefa de produzir um texto. Ao final, será acessado um assistente de texto, questionando-o sobre a grafia correta das palavras. Antes de iniciar essa produção, o usuário selecionará uma alternativa que correspondesse a sua dificuldade em estabelecer a relação fonema/letra. Exemplos de opções: rr/ ss/ ão/m. diante da dúvida, seria acessado o corretor de texto, possibilitando-lhe a comparação entre o que escreveu e a grafia correta. Ao fim, redigirá uma regra pra explicar a regularidade e a arquivaria juntamente com as de outros usuários. Tendo acesso a ela, acessando novamente ao programa.

○ Estratégia 2

- Diante de diversas possibilidades de tema o usuário selecionará um que lhe dará acesso a uma página com as diversas dificuldades apresentadas geralmente pelos educandos.
- Acessada a opção que corresponde a sua dificuldade, o usuário acessa uma página que

conta com um texto, apresentando lacunas nas palavras em que aparecem dúvidas. Ao lado, serão apresentados gravuras ou desenhos, que remetam o usuário às palavras, com as quais ele completará as lacunas.

- Posteriormente, o usuário acessará jogos como caça-palavras, cruzadinhas, forca, dentre outros possíveis que lhe possibilitem comparar a grafia que ele utiliza à grafia correta da palavra, acessando, então, o corretor de textos e anotando suas conclusões, que poderão ser comparadas às regularidades, conforme a gramática normativa, através de um link que o levaria a uma página com as regras ortográficas existentes.

#### ○ Estratégia 3

- Serão apresentadas diversas opções de acesso a fotografias, retratando elas: monumentos arquitetônicos do Brasil e do mundo, obras de arte de diversos artistas e paisagens de regiões famosas do Brasil e do mundo.

- O usuário ao clicar numa dessas imagens acessará através de links, bibliotecas virtuais que lhe oferecerá informações diversas sobre a imagem selecionada.
- Ser-lhe-á apresentada a tarefa de descrever o monumento selecionado (a tarefa será cumprida a partir da seleção da opção correspondente a sua dificuldade ortográfica).
- Posteriormente, o usuário terá o contato com um assistente de texto, que lhe possibilitará rever a ortografia e selecionar entre algumas regras aquela que regem o uso da letra em que ele encontra dificuldades.

Obs.: As palavras utilizadas nos jogos não serão somente aquelas nas lacunas utilizadas nas lacunas, mas aquelas que se relacionassem a elas a partir do processo de formação ou das flexões possíveis.

#### Estratégia 4.

- Ao usuário acessará uma página contendo diversos títulos e ilustrações de histórias em quadrinhos;

- Acessadas tais páginas, o usuário encontrará histórias narradas através de recursos de multimídia sonoros, com os balões vazios. As histórias narradas utilizarão variações lingüísticas diversificadas, por exemplo, a fala de jovens, a fala de pessoas de zona rural ou de diferentes regiões do Brasil.
- O usuário terá como tarefa preencher os balões, conforme o conteúdo ouvido, durante a apresentação dos quadrinhos, mas seguindo as normas que regem a língua padrão escrita segundo o nível de formalidade apresentado no texto selecionado.
- Ao terminar a tarefa, o programa exibirá os mesmos quadrinhos com duas ou três versões do texto escrito.
- O usuário deverá selecionar aquela que julgar mais interessante.
- O programa exibirá, ainda, uma sequência de justificativas para cada versão, o usuário deverá selecionar a melhor justificativa.



Obs: Cada tarefa bem cumprida equivalerá a um número de pontos, que serão tabulados, após a seleção da melhor justificativa para a escolha do texto, por ele selecionado como melhor.

#### Estratégia 5-

- O usuário entrará em algum site de seu interesse. Comunicar-se-á com pessoas, através de chats, e anotar uma seqüência de diálogos que julgar interessante.
- O usuário analisará os textos e buscará explicar os possíveis desvios percebidos.
- A partir da tarefa acima deverá reescrevê-los-ia, utilizando o corretor de textos.

As reflexões propostas nesse capítulo e as sugestões para a organização de softwares concebem a necessidade de que para a organização de material, que possibilite o uso pedagógico, faz-se necessário uma fundamentação teórica mais consistente sobre a relação ensino-aprendizagem, bem como

sobre os temas e conteúdos a serem abordados. Essa preocupação demonstra seriedade por parte de quem produz e aumenta a qualidade do produto. As cinco estratégias propostas se embasam nos dois pilares apontados para fundamentação. Acredita-se na maior possibilidade de ocorrer, de fato, um uso que direcione o leitor ao alcance dos objetivos propostos.

## **6. REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E ORTOGRAFIA**

A Educação não se estaciona à margem de todo o processo de evolução social, uma vez que a realidade se movimenta dialeticamente. Fatores sociais interferem no contexto educacional. No entanto, isso acontece em um impacto momentâneo, as mudanças se dão num movimento dinâmico, contextualizado historicamente. Além disso, elas expressam pensamentos e ações que se opõem a partir de visões de mundo completamente diferentes. Nesse sentido é que se buscou compreender a realidade educacional, a inserção das novas tecnologias nesse contexto e as alterações que trazem para o ensino da ortografia.

### **6.1. Reflexões sobre os novos paradigmas educacionais e as novas tecnologias**

O ensino da ortografia se insere então num paradigma educacional que possibilita o desenvolvimento da linguagem. O mercado de trabalho exige um homem comunicativo e autônomo, capaz de solucionar problemas. Solucionar problemas requer o desenvolvimento cognitivo e lingüístico. Fazem parte do domínio da escrita o uso devido do sistema ortográfico. Além da linguagem ser um quesito importante na formação desse novo trabalhador, podem ser incluídos outras habilidades como a capacidade de trabalho em equipe, uma visão ampla da realidade, dinamismo, liderança, criatividade e autonomia.

A escola, na maioria das vezes, se encontra equipada com recursos tecnológicos, no entanto, não são muito utilizados, devido à resistência que os professores em geral apresentam diante das questões tecnológicas. Tais resistências não se fundamentam em oposições, mas na não valorização desses recursos. De fato, seus avanços têm se dado continuamente nos últimos anos, não tendo feito eles parte da história de vida dessas pessoas até recentemente. Faz-se necessário um processo de formação dos professores, que se dê numa perspectiva praxica, a partir da qual eles construam para si referências para o uso de tal equipamento. Torna-se interessante, retomar Almeida, M.E. (2000, p.109):

“Em uma conferência realizada em abril de 1996, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Nóvoa acentuou que, “hoje, formação não é qualquer coisa prévia à ação, mas que está e acontece na ação”. Ou seja, toda prática de formação deve ter como eixo norteador a escola em uma perspectiva de formação-ação. Assim, tanto a formação contínua como a formação inicial devem partir do pressuposto de que a reflexão é um processo que ocorre *antes, durante e após a ação*, conforme o triplo movimento proposto por Schön (Nóvoa: 1992), e que engloba *o conhecimento requerido na ação, a reflexão não ação e a reflexão sobre a ação* – o que equivale ao papel do professor no ambiente informatizado construcionista”.

O uso do computador, ainda requer criticidade. Não se pode tomá-lo numa visão messiânica como se sua utilização fosse solucionar os problemas de ensino-aprendizagem, ampliando a qualidade de ensino. Efetivamente, pode contribuir para tanto, mas não pode substituir a ação dos sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Se tomada a questão da ortografia, observa-se que o aluno precisa dominar o sistema ortográfico para que, de fato, seu texto se apresente com correção nesse sentido. Esse domínio, normalmente, é construído no espaço escolar, com a mediação do professor. O uso dos computadores pode contribuir para essa mediação.

Para se compreender, no entanto, os tipos de mediações possíveis é preciso considerar o contexto educacional e posicionar-se frente a ele. Educar é ato político e expressa a visão de mundo do educador.

Constata-se que a educação tem um novo perfil de homem a ser formado. Espera-se que sejam cumpridas as exigências do projeto neoliberal. Nesse sentido, a interdisciplinaridade, a autonomia, a criatividade, a capacidade de trabalho coletivo, a flexibilidade, a capacidade de solucionar problemas, o bom desempenho lingüístico, o dinamismo são elementos comuns ao perfil do trabalhador, capazes de se enquadrar dentro das necessidades do mercado de trabalho, que se tornou através do neoliberalismo mais exigente.

Com isso, pode-se afirmar que a escola inovadora do século XXI, ao contrário do que defendia a esquerda, continua a prestar o serviço de reprodução da ideologia dominante. A realidade atual não confirma o que muitos professores acreditavam, pois uma escola inovadora não é necessariamente um espaço para a ascensão das classes populares, pois

hoje, ela persiste no papel de manter a estratificação social e contribuir para que a modernização do capitalismo seja bem sucedida.

No entanto, há de se reconhecer que tais inovações, mesmo não cumprindo os objetivos de um grupo, vieram contribuir para uma evolução do quadro educacional no país. Apesar de se viver um período de transição e haver muitas contradições e muitos conflitos presentes no cotidiano da escola, percebe-se que muito se tem feito no sentido de abandonar a velha prática tradicional. Dessa maneira, não se pode negar a presença de um processo de democratização do espaço educacional público. Hoje, há eleições para diretores, elimina-se gradativamente as velhas filas, que lembram as organizações militares, o aluno se torna o centro da preocupação da escola, estabelece-se cada vez mais uma relação diferenciada com dificuldades de aprendizagem e avaliação, busca-se maior autonomia e maior inter-relação entre os conteúdos estudados, buscando vinculá-los à realidade do aluno. Tudo isso representa uma mudança significativa.

Um outro avanço é a discussão sobre o processo de inclusão nas escolas. Incluir não é criar medidas assistencialistas, mas garantir o direito através de uma escola que permita ao aluno interagir com o outro e que lhe garanta qualidade. Não se trata somente de infra-estrutura, o que é importante, contudo do aspecto humano. A inclusão ocorre timidamente, através de alguns espaços político-pedagógicos que não se intimidam em romper de fato com as velhas estruturas de organização do espaço escolar e com uma noção restrita de currículo. Para se incluir, de fato, as classes trabalhadoras no processo educacional, é preciso rever os processos institucionalizados de educação,

uma vez que historicamente, eles sempre serviram para atender a uma parcela da população que compreendia o mundo numa ótica burguesa. Isso significa reestruturação de tempo, de espaço e de currículo. Incluir as classes trabalhadoras é compreender seu universo cultural, sua linguagem e seus valores. Certamente, isso incorre numa nova orientação pedagógica para o ensino de língua portuguesa e conseqüentemente no trabalho com a ortografia, uma vez que a maioria dos problemas ortográficos se insere numa realidade vivida pelo estudante. Ele não ocorre porque há problemas de memória ou porque os estudantes são desleixados, mas porque compõem uma experiência lingüística que o aluno carrega consigo.

A partir disso, pode-se dizer que a avaliação se torna um elemento muito importante. Os novos paradigmas apontam para um tipo de ação pedagógica que direciona para a solução dos problemas: o diagnóstico. Trata-se de uma avaliação qualitativa em favor da quantitativa. Para o processo de inclusão, a primeira coisa a se perceber é a necessidade de valorizar um processo de intervenção que parta de diagnósticos, capazes de gerar a reflexão sobre o que consiste num problema para a aprendizagem do aluno, bem como dos fatores que interferem nesse processo. Para isso é preciso tempo, tempo com o aluno, tempo para se estudar sobre o aluno e sua relação com o problema, considerando-se o espaço em que ele vive. Seria necessário que os professores que enfrentam dificuldades no ensino da ortografia, estudassem os problemas ortográficos presentes nos trabalhos de seus alunos, tentassem encontrar as suas causas e compreender sua relevância para a produção e

leitura de um texto, bem como buscassem subsídios teóricos e práticos para a criação estratégias coerentes e eficazes a fim de solucioná-los.

Essa concepção de avaliação orienta o trabalho pedagógico dos ciclos de formação do estudante. Tal proposta pedagógica apresenta maiores condições para a inclusão dos alunos de classes populares na escola pública, uma vez que a organização do trabalho pedagógico propicia maior interação, vivência da realidade e respeito à diversidade cultural. O presente estudo confirma que são, também, reflexos dessas mudanças de paradigmas, os ciclos de formação. Esse modelo de organização é mais condizente com os pressupostos que orientam a nova visão de educação e atendem melhores os anseios da classe dominante no que se diz respeito à formação do cidadão ou do trabalhador que o mercado exige. A organização por ciclo, se realizada conforme proposta altera toda a relação de tempo e espaço na escola. Sua forma de direcionamento do trabalho pedagógico, consistindo na realização de projetos, concebe o ensino da língua de uma maneira mais viva. Nessa perspectiva, modificam-se as bases para o trabalho do educador, uma vez que o processo de ensino aprendizagem não é mais responsabilidade do professor, mas de todos os profissionais que atuam na educação. O aluno é visto como um todo e o currículo ultrapassa os programas curriculares que se prendem somente aos conteúdos historicamente acumulados. Nesse sentido a Psicologia e a Filosofia muito contribuem para se entender como se dá o processo de aprendizagem na vida da pessoa. Também é mais condizente com seus princípios, o rompimento com a velha prática de alfabetização que se centrava na ação do professor e na metodologia, tendo como centro o sujeito.



Há na realidade educacional uma intervenção entre os discursos dos conservadores e dos progressistas no que concerne à pressupostos básicos para a qualidade de ensino, no entanto há divergências no que se refere aos fins da educação. Conforme se afirma no segundo capítulo, os primeiros se preocupam com uma formação que atenda às solicitações do mercado, enquanto os segundos almejam formar o homem enquanto cidadão crítico, sujeito de sua história.

## **6.2. Conclusões relacionadas ao ensino da ortografia**

A nova postura frente à educação tem como bases teóricas os postulados construtivistas sobre o desenvolvimento da criança, faz-se necessário compreender como as crianças constroem seu conhecimento em torno da lecto-escrita, bem como estudar e conhecer um pouco sobre as pesquisas já realizadas nesse sentido. Certamente, este estudo levará o professor a estabelecer uma relação mais científica com o erro da criança. Ele, assim, poderá compreender melhor o que o erro significa e o que é um processo de construção do conhecimento. Isso pode trazer um efeito positivo para o seu trabalho. Permitir-lhe-á entender que também, com relação à ortografia, o que é chamado erro é um levantamento de hipótese sobre o uso da língua no tocante ao sistema ortográfico. Assim, faz-se necessário buscar dados para confirmar ou não a hipótese levantada. Mas, para isso é preciso que o

professor intervenha, sem desrespeitar o tempo do aluno e contribuindo para que ele avance.

Compreender como o aluno se inicia no mundo da escrita e como ele lida com a construção do conhecimento, de que forma essa iniciação se relaciona com o problema das dificuldades ortográficas, pode muito contribuir para que o professor compreenda melhor o problema ortográfico. Não o tomando como um erro, mas como um desvio, que expressa um raciocínio do aluno na busca de compreender o sistema ortográfico. Além de se entender essas questões, haverá como perceber melhor quais são as implicações do processo de letramento para as pessoas de classe baixa: seu significado, as dificuldades e suas vantagens.

As obras consultadas demonstram que o sistema ortográfico é complexo. Devido a essa complexidade, alguns fatores dificultam a construção do conhecimento desse sistema por parte de alguém que não está inserido no mundo da escrita enquanto leitor e escritor. Um dos fatores que propicia essa dificuldade se localiza nas diversas possibilidades de se relacionar letra e fonemas dentro de língua. Existem fonemas cuja utilização propicia a percepção de algumas regularidades de uso. Nesse caso, fica mais fácil para a criança associar a grafia hipotética à grafia ideal. No entanto, nem todo tipo de dificuldade ortográfica permite esse exercício.

A síntese dos estudos realizados demonstra que existem basicamente três tipos de desvios ortográficos da norma padrão. Há desvios que se associam à representação do som pela letra. Outros se relacionam

diretamente com a própria vivência lingüística do aluno. Se ele é falante da língua popular, ele cria processos de representações gráficas a partir de como ele fala e escreve o que quer comunicar. Nesse caso é como se ele criasse um sistema ortográfico pessoal, uma vez que uma mesma letra pode representar por vários sons. Por fim, existem os casos em que no afã de construir um texto de qualidade, a criança começa a escrever, tentando aperfeiçoar a ortografia, a partir do que ela observa da língua. Com isso, ela utiliza letras indevidas, gerando o que Cagliari chama de hipercorreção.

O outro elemento que o texto destaca se relaciona à associação entre fala e escrita. Isso contribui para que as crianças de classes populares apresentem mais dificuldades em relação à ortografia, pois sua fala está distanciada das convenções ortográficas e da norma culta da língua portuguesa. Seu desafio se torna maior. Não há como dissociar os fatos. Muitas vezes, esse desvio se concretiza numa realização fonética. No entanto, torna-se importante esclarecer que a interferência da oralidade, na produção de textos escolares escritos, acarreta problemas mais graves para a estrutura semântica do mesmo, devido à diferenciação entre fala e escrita. Quando associados a questões fonéticas também permitem, através da regularidade, inferir regras. Caso a dificuldade não se dê no campo fonético, a solução seria o máximo de contato com escrita e explicitação das diferenças existente entre as duas modalidades lingüísticas.

Muitas vezes as regularidades de uso de uma letra se devem à estrutura morfológica, como, por exemplo, ocorre em casos de apresentação de

desinências verbais e sufixos. Outro elemento importante, vinculado ao caso de desvios provocados pelo uso dos fonemas de maneira irregular, se relaciona à etimologia da palavra. No primeiro caso, é possível inferir regras, no segundo o aliado mais forte é a consulta a um dicionário.

Os desvios ortográficos presentes nos textos escolares se relacionam diretamente aos fatores colocados acima. Antes de qualquer ação do professor, faz-se necessário que os mesmos sejam identificados. Essa identificação reverte para os fatores que influenciam na dificuldade apresentada. A partir dessa análise, é possível traçar um plano de ação. No entanto, os dados colhidos são de que a prática de muitos professores não parte desse diagnóstico. Ao contrário, aplicam exercícios desprovidos de um contexto lingüístico, buscando a memorização. Se um texto é usado, nesses casos, desconsidera-se a interação do aluno com o mesmo, trabalhando-se, na maioria das vezes, um ditado, que mais afere “erros” que os avalia. É importante compreender que não se trata de um erro, mas de um desvio ortográfico, que expressa para ele uma possibilidade de regra. Ações como essas não consideram o pensamento do aluno.

Os novos paradigmas educacionais, em consonância, com a recente política mundial de globalização, apontam para uma prática pedagógica mais contextualizada. Ensinar linguagem nos dias atuais é possibilitar o acesso à norma culta, sim, mas sem desconsiderar o universo lingüístico dos estudantes. Além disso, nesse novo contexto social, essa tarefa não cabe mais somente ao professor de Português. Hoje, compreende-se que a linguagem é um elemento fundamental para a criança por perceber que ela é um fenômeno

que possibilita a interação e, através dela, realiza-se a construção do conhecimento.

Tais constatações possibilitam a comprovação das hipóteses apresentadas na introdução deste trabalho. Para contribuir com o aluno, criando condições para a construção do domínio do sistema ortográfico, tornam-se necessárias:

- A criação de um espaço para que o aluno construa seu conhecimento, observando, comparando e concluindo.
- A socialização do aluno.
- A vivência de uma variedade de experiências com o texto escrito.
- Um caráter estético e lúdico que motive o aluno.
- A avaliação das reais causas de dificuldades apresentadas pelo aluno.

Estudos demonstram, que apesar de não haver, ainda, incluso na prática educacional, o hábito de se estabelecer um diagnóstico para se planejar as estratégias diante das dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos. Fica clara a necessidade desse ato, bem como de se preparar teoricamente para se fazer essa intervenção. São referendadas pela pesquisa ainda que tais intervenções devem considerar o aluno como um ser de socialização, criando espaço para isso. Para que o aluno interaja com o seu objeto de conhecimento é necessário que ele entre em contato com a língua

escrita. Em se tratando de alunos de classes populares, essa necessidade é ainda maior, uma vez que seu acesso a ela é ínfimo e a ortografia é um aspecto da norma escrita. Ainda se confirma a necessidade de uma intervenção que considere os pressupostos da construção do conhecimento, desenvolvendo um processo de pesquisas, dinamize um processo de reflexão que parta do desvio ortográfico do aluno, levando a compará-lo como uso ideal, possibilitando as conclusões sobre as regularidades ortográficas. Pode ser ressaltada, também, a importância do ludismo como estratégia, capaz de levar o aluno ao bom desempenho da frente à ortografia. Quanto ao de ludismo, muito tem ele a contribuir para o desenvolvimento lingüístico, através dos jogos, que têm sido um recurso relativamente usado nas etapas iniciais do ensino fundamental.

### **6.3. Reflexões sobre os recursos tecnológicos e ensino de ortografia**

Os recursos tecnológicos compõem o universo dos novos paradigmas de forma muito significativa. Eles são hoje, mais um recurso didático, conforme se afirma no quarto capítulo. Os softwares de produção de texto apresentam dicionários eletrônicos capazes de acusar qualquer problema ortográfico. Esse é um recurso que pode ser utilizado em atividades de pesquisa, durante a produção de texto, desde que coordenados pelo professor e inserido nos projetos pedagógicos que a escola estiver dinamizando. Um outro recurso interessante é a utilização dos chats, buscando neles materiais para se

explicitar a relação entre fala e escrita, uma vez que nesse espaço a linguagem se mistura e apresenta muitos problemas ortográficos por parte dos usuários. Existem, ainda, os diversos softwares educativos que viabilizam a interação através da escrita, possibilitando assim uma gama variada de leitura. Destaca-se a internet, como um espaço vivo de comunicação inteiramente ligado ao dinamismo da vida da criança e do adolescente. Nesse espaço, as leituras são selecionadas por ele, mobilizando seu interesse e sua integração com o meio e a linguagem. Outros recursos presentes na internet e em outros softwares de multimídia são as possibilidades de leituras diversificadas sobre um mesmo tema, através dos hiperlinks, que contribuem para a montagem de uma rede de informações que ajudam na melhoria de qualidade da relação do aluno com a língua escrita.

Diante de tantos recursos, cabe ao professor, em ambientes de aprendizagem local ou virtual, considerando as referências teóricas apontadas, planejar seus próprios projetos pedagógicos, observando a realidade do aluno, os projetos desenvolvidos na escola e as peculiaridades do ensino de ortografia que não pode se distanciar do trabalho com o texto. Além disso, é sua tarefa suscitar a dúvida e criar situações que levem o aluno a comparar os desvios ocorridos no seu texto com a grafia correta, seja em dicionário, livros ou outros. Não se pode ignorar, no entanto, as contribuições dos recursos tecnológicos têm a oferecer nesse sentido.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS**

O presente trabalho aponta para a necessidade da realização de pesquisas relacionando tecnologia e ortografia. O computador pode ser um recurso interessante nas atividades escolares, dadas às possibilidades de exploração neste campo. No entanto, é importante que a produção de materiais, nesse sentido, considere as bases teóricas para a educação, para o ensino da ortografia, assim como para a utilização dos recursos tecnológicos em termos pedagógicos.

A organização de softwares educativos devem ser considerados nos seguintes aspectos:

- O ensino de ortografia deve considerar o tipo de dificuldade apresentado pelo aluno.
- A inserção dos aspectos ortográficos em contextos lingüísticos mais amplos.
- A possibilidade de interação através do acesso a textos escritos.
- A necessidade de suscitar dúvidas e buscar soluções para elas.



- A necessidade de criar condições para que os usuários observem a grafia das palavras e construam para si regras que expressem as regularidades do sistema ortográfico.

Tais considerações e sugestões representam esforços no sentido de contribuir para a melhoria da qualidade da aprendizagem efetivada no espaço escolar ou fora dele, uma vez que aprender é inerente ao homem em qualquer espaço e idade.

## 8. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Fernando José de & FONSECA, Fernando Moraes. *Pro-Info - Projetos e Ambientes Inovadores*. Secretaria de Educação à Distância. Brasília, Ministério da Educação, SEED, 2000.

ALMEIDA, Maria Elizabeth. *Informática e Formação de Professores*. Secretaria de Educação à Distância. Brasília, Ministério da Educação, SEED, 2000, Vol. 1-2.

ANDRADE, Oswald. *Poesias Reunidas*. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

ARAÚJO, Frederico Antônio. *Educação e Tecnologia: algumas reflexões iniciais*. In: Educação em Foco.

BARROS, Jorge Pedro Delledone. *Computadores, Escola e Sociedade*. São Paulo: Scipione, 1998.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, 3º e 4º Ciclos do Ensino Fundamental*. Introdução. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, MEC, SEF, 1998.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, 3º e 4º Ciclos do Ensino Fundamental*. Português. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, MEC, SEF, 1998.

CABRAL, Leonor Scliar. *Introdução à Lingüística*. Rio de Janeiro: Globo, 1988.

CAGLIARI, Luís Carlos. *Alfabetização e Lingüística*. São Paulo: Scipione, 1997.

CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. *Discurso e Ensino*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

- CEGALLA. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.
- DEMO, Pedro. *Ranços e Avanços*. Campinas, SP; Papirus, 1997.
- FERREIRO, Emília & TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da Língua Escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra, 2000.
- ..... *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. São Paulo, Paz e Terra, 2000.
- KATO, Mary A. *No Mundo da Escrita: uma perspectiva psicolingüística*. São Paulo: Ática, 1998.
- LEMLE, Mirian. *Guia Teórico do Alfabetizador*. São Paulo: Ática, 1991.
- LIMA, Carlos Henrique Rocha. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- MORAIS, Artur Gomes. *Ortografia: ensinar e aprender*. São Paulo: Ática, 2000.
- PAIVA, Maria da Conceição. *Ortografia e Alfabetização*. Rio de Janeiro: Abralín, 1986.
- PRETTO, Nelson de Luca. *Uma Escola com/sem Futuro: educação multimídia*. Campinas, SP: Papirus, 1996, p. 97-131.
- QUARTIEIRO, Elisa Maria. *As Tecnologias de Informação e Comunicação e a Educação*. In: Revista Brasileira de Informática na Educação, nº 04, Abril/1999.
- RAMOS, Jânia M. *O Espaço da Qualidade na Sala de Aula*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

- ROCHA, Luís Carlos de Assis. *Estruturas Morfológicas do Português*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- SACCONI, Luís Antônio. *Gramática Essencial da Língua Portuguesa*. São Paulo: Atual, 1988.
- SANCHO, Juana M (org). *Para uma Tecnologia Educacional*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- SAVIANI, Demerval. *O Trabalho como Princípio Educativo-Frente às Novas Tecnologias*. In: FERRETI, (et alli) – orgs. *Novas Tecnologias e Duração: um debate multidisciplinar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p.p. 151-1.
- SILVA, Tomas Tadeu da. *A “Nova” direita e as transformações na pedagogia da política da pedagogia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- SIMPRO, Sindicato dos Professores/MG. *LDB – Lei de Diretrizes e Bases*. Belo Horizonte, 1997.
- SOARES, Magda Becker. *Linguagem e Escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 1992.
- TEBEROSKY, Ana & TOLCHINSKY, Liliana (org). *Além da Alfabetização: a aprendizagem fonológica, ortográfica, textual e matemática*. São Paulo: Ática, 1997.
- WARKE, Eno Teodoro. *A Ortografia que nos Atormenta*. Rio de Janeiro: Codpoe, 1987.
- VALENTE, José Armando. *Computadores e Conhecimentos: repensando a educação*. Campinas, SP: Unicamp, 1994.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS NA INTERNET

<http://www.educacional.com.br>

<http://www.fae.ufmg.br>

<file:///c:/windows/desktop/dr-wolframlaaserdesenhodesoftwareparaensinofundamental>

<http://www.connect.com.br/ntemg7/avasoft.html>

<http://www.cce.ufsc.br/~ulbricht/hipermidianoensino/disciplina/artigos/art/art2.html>